

Produção
OG/PNEA - DEA/MMA - CGEA/MEC

Departamento de
Educação Ambiental

Coordenação Editorial

José Vicente Freitas
Luiz Gonçalves da Motta

Projeto Gráfico e Diagramação

Ricardo Veronezi Ferrão

Colaboração na análise dos textos

Ag21/Saic

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 953

Brasília - DF - Brasil / CEP 70.068-900

Tel.: (61) 2028-1207 Fax.: (61) 2028-1757

e-mail: educambiental@mma.gov.br

ou sibea@mma.gov.br

COLECIONA

vol. 12/Ano 3
Especial Agenda 21
outubro/novembro 2010

FICHÁRIO D@ EDUCADOR AMBIENTAL

APRESENTAÇÃO

PÁG. 03

TEXTOS PARA SE PENSAR A EA

- Agenda 21: Não basta planejar, é preciso realizar. Mas, sobretudo, avaliar os passos dados
- Agenda 21 é Ação

PÁG. 05

AÇÕES E PROJETOS

- Agenda 21 Arapiraca/AL
- Agenda 21 Vila Mariana/SP
- Agenda 21 Carmésia/MG
- Agenda 21 Jabaquara/SP
- Agenda 21 Local de Passo Fundo/RS
- Agenda 21 Marcelândia/MT
- Agenda 21 Macaé/RJ
- A História da Agenda 21 Macaé/RJ
- Agenda 21 Vacaria
- Agenda 21 Santo André/SP
- Agenda 21 Foz do Iguaçu/PR
- Agenda 21 Santo Amaro/SP
- Agenda 21 MBoiMirim/SP
- Agenda 21 Vacaria/RS
- Agenda 21 Araçatuba/RJ
- Agenda 21 do Estado de Minas Gerais
- Prevenção em ação do CADES Campo Limpo/SP
- Projeto Natureko - Sorocaba/SP

PÁG. 09

AGENDA

- Eventos e Cursos para @ Educador Ambiental

PÁG. 53

INDICA-SE

- Livros e publicações voltados à Educação Ambiental

PÁG. 55

CADASTRE-SE

Caso tenha interesse em receber em seu endereço eletrônico este material, envie um e-mail para educambiental@mma.gov.br com o assunto: recebimento Coleciona: fichário do EA, ou por meio do blog Coleciona (<http://colecciona-ea.blogspot.com>).

COLABORE

O recebimento dos textos é um fluxo contínuo não havendo prazos para o envio dos mesmos.

DICAS PARA O ENVIO: Os textos devem ter no máximo quatro páginas, fonte *times new roman* 12, com espaço 1 1/2. Deve conter ainda o nome e minicurrículo do autor e bibliografia consultada.

Caso haja a necessidade de alterar o tamanho do documento ou seu conteúdo, o autor será notificado e a publicação se dará mediante aprovação do mesmo.

Envio: sibea@mma.gov.br
Assunto: Artigo COLECIONA

OPINE

Envie sua opinião sobre o conteúdo e o formato deste material para sibea@mma.gov.br, com o assunto: opinião Coleciona: fichário do EA ou por meio do blog Coleciona (<http://colecciona-ea.blogspot.com>). Se possível, nos comunique sobre seu envolvimento com atividades de Educação Ambiental.

Fica autorizada a publicação total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que citada a fonte.

O conteúdo dos eventos e cursos são de inteira responsabilidade de seus organizadores/coordenadores.



Apresentação

Ao ser pactuada e firmada pelo conjunto de quase duas centenas de nações presentes na Rio-92, a Agenda 21 nasce com o propósito de contribuir na construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável.

Naquele contexto histórico da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, os indicadores sobre a crise socioambiental contemporânea apresentavam-se já de forma contundente, revelando assim a dimensão e a complexidade do problema e apontando, ao mesmo tempo, a necessidade de uma mobilização planetária empenhada em conceber os fundamentos de uma nova forma de ser e estar no mundo.

A Agenda 21 Global é apresentada em termos de bases para ação, objetivos, atividades e meios de implementação de estratégias em prol do desenvolvimento sustentável.

O documento, orientado e permeado pela noção de sustentabilidade, pensada a partir da integração das preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento torna-se, a partir de então, referência e ponto de partida a inspirar debates e versões nacionais, forjadas num movimento que fosse capaz de gerar uma base de princípios e orientações para a ação e que traduzisse as aspirações da sociedade sobre o futuro desejado.

No nosso país, o processo de construção da Agenda 21 Brasileira se estende ao longo do período que vai de 1997 a 2002, esforço este empreendido coletivamente, compartilhado por milhares de mãos e envolvendo um conjunto significativo de instituições governamentais e não governamentais.

No Brasil, a rigor, as experiências de sustentabilidade vão ganhando forma na medida mesmo em que, nos diferentes tipos de arranjos territoriais (municípios e bacias hidrográficas, por exemplo), os atores sociais locais se lançam à tarefa. E por meio de diferentes estratégias, sensibilização, mobilização, articulação, discussão, negociação, pactuação, buscam criar as condições necessárias para materializar a sociedade sonhada, soerguendo as suas bases na soma do esforço cotidiano e da cumplicidade de cada cidadão e cidadã.

Esse movimento da cidadania socioambiental a favor de um futuro com qualidade de vida, seguro e sustentável define o objetivo da Agenda 21 Local, que avança e se consolida no compasso da capacidade de mobilização e apropriação que os diferentes segmentos sociais fazem do necessário e indispensável processo de construção, que deve estar assentado, como garantia do seu êxito, em ambiente democrático e no exercício pleno da cidadania.

Com a disseminação, entendimento e gradual apropriação social sobre o seu significado e objetivo, um número expressivo de processos de construção de Agendas 21 Local emergiram no país.

Já em 2002, o suplemento Especial de Meio Ambiente da Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC) do IBGE apontava 1.652 municípios com ocorrência de processos. Outras estatísticas, produzidas tanto no contexto do governo quanto fora dele, iam dando conta de outros números e registrando outras experiências, muitas delas fomentadas com recursos públicos, por meio do Fundo Nacional de Meio Ambiente, outras levadas à cabo como um movimento social espontâneo.

Mas de pronto, esses dados quantitativos nos remetiam a uma primeira e natural leitura: as experiências populavam em diferentes regiões do país, numa opção pela Agenda 21 Local enquanto instrumento capaz de contribuir na promoção da gestão socioambiental do território.

Entretanto, os aspectos qualitativos dessas experiências ainda eram pouco conhecidos, principalmente no que diz respeito aos impactos locais que efetivamente desencadeavam, na forma como geravam as mudanças socioambientais desejadas. Exceto alguns poucos casos acompanhados mais de perto, desconhecia-se esses processos e seu efetivo potencial de transformação, de criação de alternativas locais de desenvolvimento.



Esta constatação e a necessidade de informações para o âmbito da gestão e elaboração de subsídios para o debate com a sociedade, levou o Programa da Agenda 21 Brasileira a empreender uma pesquisa exploratória com o objetivo de compreender como se desenvolveram os processos de Agendas 21 Local, buscando identificar os resultados alcançados na sua implementação.

Este trabalho resultou num primeiro documento que apresenta, pela primeira vez e de forma sistemática (disponibilizado no site do MMA), dados qualitativos sobre esses processos, informações inéditas que passaram a ser consideradas na redefinição das políticas públicas vinculadas ao Programa da Agenda 21 Brasileira.

A partir desta pesquisa exploratória, decidiu-se por uma imersão mais abrangente nesse universo das Agendas 21 Local, trabalho que está sendo desenvolvido nesse momento, por meio de convênio firmado com o Instituto Vitae Civilis. Trata-se da produção de um documento que tem como foco estudar e apresentar à sociedade brasileira um conjunto de experiências exitosas de Agendas 21 Local, material que deverá ser publicado em 2011.

Neste cenário de produção estratégica de informações qualitativas sobre esses processos, apresentou-se como oportuno, como fonte de inspiração e compartilhamento, dedicar uma edição especial do COLECIONA à essas experiências de Agendas 21 Local, apresentando-as por meio de relatos produzidos pelos próprios atores sociais nelas envolvidos.

À chamada pública realizada para este fim, 19 processos de Agendas 21 Local enfrentaram a tarefa e produziram os seus relatos, que se apresentam como reflexo da experiência construída até o presente momento. Nos textos produzidos, cada processo retratado repercute, na verdade, características que foram se instituindo no âmbito de desenvolvimento da própria experiência, na trajetória sempre única de construção da sustentabilidade local.

Cada um dos relatos é próprio. Espelham esforços possíveis, por vezes as indiossincracias. Descrevem iniciativas desencadeadas, resultados alcançados, nuances dos processos. Revelam, acima de tudo, nas condições dadas em cada território e no consenso possível pactuado, comprometimento com a construção da sustentabilidade.

É o que está registrado nesta edição. Esperamos que outras formas de compartilhamento e troca de experiências possam se constituir, gerando um espaço que anime a todos nós, homens e mulheres, empenhados e comprometidos com a construção de uma sociedade melhor, justa, fraterna, solidária, onde possamos nos constituir em sujeitos empoderados, autônomos, livres, plenos e felizes.

José Vicente de Freitas

Gerente de Projeto

Coordenador do Programa Agenda 21 Brasileira



Agenda 21: Não basta planejar, é preciso realizar. Mas, sobretudo, avaliar os passos dados.

Dr . Rubens Harry Born*

É comum, e necessário, que no âmbito de nossa vida pessoal e profissional, tenhamos planos de como evoluir e poder ter uma vida digna e saudável. Mas um plano, que busca concretizar nossos sonhos e expressa os valores que nos guiam, precisa de metas claras e procedimentos que permitam saber se estamos no caminho correto e no passo adequado, e assim nos ajude a enfrentar as surpresas e fatos que surgem e podem impactar positiva ou negativamente a concretização de nossos objetivos.

Isso se aplica também para o planejamento de empresas, organizações da sociedade civil, e dos desafios de interesse público e social. Plano é uma ferramenta fundamental para a gestão. Por isso, a moderna gestão pública vale-se de distintas formas de planejar – como por exemplo, o PPA – Plano plurianual (da União, dos Estados e dos municípios) e planos diretores participativos das cidades. Com base nos planos, outros mecanismos nos ajudam a execução das ações propostas: orçamento; sistemas de monitoramento, avaliação e controle; disponibilização de informações, e não menos importante, a formação (capacitação) adequada das pessoas e das organizações, por um lado, e o desenvolvimento e uso de tecnologias apropriadas.

Ora, a Agenda 21, em qualquer esfera, constitui-se em processo e instrumento (plano) de transformações do conteúdo e das formas de elaborar e gerir políticas de desenvolvimento, com vistas à construção de sociedades ambientalmente sustentáveis, socialmente justas e economicamente inclusivas. A Agenda 21 global, assinada na Rio-92, configurou um produto que refletiu um processo de negociação multilateral de programas para a transição para o desenvolvimento sustentável, que envolveu e pactuou atores bastante diversos (agricultores, empresários, cientistas, indígenas, sindicalistas, jovens, mulheres, ONGs ambientalistas, autoridades locais, etc.), com atuação local, nacional ou internacional, não obstante no Sistema Nações Unidas somente os Estados Nacionais tomam decisões formais. A Agenda 21 baseou-se, pelo menos formalmente, em princípios de equidade, precaução, transparência, salubridade e seguridade ambiental, gestão participativa, entre outros expressos na Declaração do Rio de Janeiro para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, necessários para caracterizar os esforços de construção da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural do desenvolvimento.

Entendemos que Agendas 21 locais devem ser compreendidas e realizadas no marco de processos participativos de planejamento e gestão do desenvolvimento humano para a transição e construção de sociedades sustentáveis em territórios de várias escalas, como por exemplo, comunidade ou bairro, município, bacia hidrográfica, bioregião.

Processos de Agenda 21 locais são necessários e oportunos, pois permitem maior engajamento de cidadãos e organizações comunitárias na busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida e gestão do desenvolvimento local. Ao discutir os desafios da realidade de cada comunidade, no marco da gestão participativa, as Agendas 21 locais contribuem para o exercício e construção de sociedades democráticas; valorizam percepções e condições de titularidade (ownership) e transparência (accountability) e facilitam a consideração das peculiaridades de cada localidade, tanto nas suas características culturais ou ambientais. As Agendas 21 locais podem contribuir também para sensibilizar técnicos e gestores municipais, levando-os a considerar as propostas de desenvolvimento local, integrado e sustentável ao lado dos demais instrumentos e processos de planejamento e administração pública.

Em 2003, o Governo federal desencadeou diversos processos participativos de discussão de políticas públicas setoriais, com conferências nacionais nas áreas de cidades, pesca, meio ambiente, entre outras. Relevantes por trazer para a Administração federal as contribuições e sugestões de atores muito diversos, a partir de debates públicos nos municípios e estados, tais processos tem o potencial de contribuir também para alavancar iniciativas já previstas na Agenda 21 brasileira ou, ainda, para disseminar e fomentar Agendas 21 locais. Mas realizar Agendas 21 locais ou dar efetividade aos objetivos da Agenda 21 brasileira, não são tarefas fáceis.



Por isso, é indispensável avaliar resultados e obstáculos surgidos ao longo dos processos de Agendas 21 locais: conhecer quantas ações e projetos foram efetivamente executados a partir da Agenda 21 local; de que forma e em que montante recursos financeiros, públicos e privados, foram alocados em iniciativas socioambientalmente sustentáveis; como a conscientização e mobilização de da sociedade e do Poder Público influenciou a revisão, adequação e gestão de políticas setoriais para incorporar as questões da sustentabilidade; como a Agenda 21, local e brasileira, foram usados na educação e na formação profissional; em que medida a auto-estima e a mobilização de cidadãos e comunidades foi ampliada a partir dos processos participativos de discussão de planos de melhor qualidade de vida. Precisaremos também de critérios e indicadores que possam apontar ao cidadão leigo ou aos técnicos e dirigentes do país, se as transformações em nossa sociedade estão no rumo da sustentabilidade e melhoria progressiva das condições de vida. Um conjunto de indicadores, que sem perder a especificidade do que deva ser avaliado, permitam uma leitura sistêmica de nossa realidade, com a devida credibilidade, certamente dependerá do empreendimento e envolvimento de diversas organizações em processos participativos de planejamento e gestão, em Agendas 21.

* Engenheiro civil com especialização em engenharia ambiental; mestre em saúde pública (gestão de águas e reuso de esgotos) e doutor em saúde pública e ambiental (regimes internacionais ambientais). Coordenador adjunto do Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz; Foi membro da CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 brasileira como representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; coordenou o projeto de criação da Rede Brasileira de Agendas 21 locais; representou e coordenou delegação de ONGs brasileiras nas sessões preparatórias da ONU e na Rio-92.



Agenda 21 é Ação

Igor Ferraz da Fonseca*

O objetivo principal da Agenda 21, conforme referendado pelas Agendas 21 Global e Brasileira, é a promoção de ações concretas para viabilizar a construção de um paradigma sustentável de desenvolvimento. Na busca por esse paradigma, a sistematização das experiências e das ações concretas das Agendas 21 Local em território nacional é de suma importância. Entre outras possibilidades, destaco três argumentos que justificam esforços de sistematização e publicização desses processos, bem como pesquisas de imersão nesse universo: (1) Tal atividade é fundamental para as responsabilidades de monitoramento e avaliação previstas na Agenda 21 Brasileira, contribuindo com um objetivo fundamental, que é necessário para a sua adequada implementação; (2) Divulga as boas práticas em Agenda 21 Local, que podem servir de inspiração para novas experiências; (3) Apresenta os resultados concretos de implementação de ações vinculadas à esta política pública, que transcende a construção e a publicação de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

Esse terceiro ponto é fundamental para analisar, aperfeiçoar e definir os rumos das Agendas 21 Locais no Brasil. Os resultados alcançados nesses processos mostram que, para além dos inegáveis benefícios da mobilização e da participação social, as ações práticas da Agenda 21 contemplam um variado leque de possibilidades que auxiliam na construção de um mundo sustentável. Cada processo de Agenda 21 apresenta resultados distintos no que se refere a ações concretas de implementação. Essas ações tomam a forma que é viável tendo em vista as peculiaridades locais, e variam conforme: os tipos de relação entre Estado e sociedade nos fóruns da Agenda 21; a maior ou menor influência dos governos locais no processo; à interesses e características dos membros de processos de Agenda 21; às condições específicas de recursos humanos e financeiros disponíveis; entre outros.

Assim, como a caracterização e a amplitude das ações variam, os tempos em que ocorrem estas ações também são variados. Há processos que identificam as ações necessárias dentro do âmbito da construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável e, após a publicação do Plano, implementam as ações; há casos em que as ações são implementadas em momento simultâneo à construção do Plano; e existem aqueles que dispensam a construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, bastando um diagnóstico socioambiental local para que a Agenda 21 produza ações significativas.

Uma das principais lições desta pesquisa refere-se à constatação de que cada processo de Agenda 21 tem vida própria e se organiza conforme as condições específicas de cada localidade. Não há receita de bolo que determine como construir e implementar uma Agenda 21 Local. A diversidade encontrada nas ações oriundas de processos de Agenda 21 é reflexo da diversidade e da complexidade inerente aos contextos locais. Dessa forma, cada Agenda 21 deve encontrar seus próprios caminhos conforme as condições estruturais dos contextos onde estão situadas.

Isso não significa que os processos bem sucedidos de construção de Agenda 21 não possam servir como inspiração para novos processos de Agenda 21 ou para processos que se encontram em estágios difíceis. De fato, as boas práticas são valiosas enquanto exemplos para estes processos de Agenda 21. Contudo, os exemplos de sucesso devem ser percebidos como fontes de inspiração para os demais processos de Agenda 21 e não como uma receita a ser copiada.

A aceitação dos múltiplos caminhos para se construir e implementar uma Agenda 21 Local é necessária, para que a busca por um modelo diferenciado de desenvolvimento, conforme sua complexidade, seja factível. Assim sendo, os projetos e ações concretas oriundas de processos de Agenda 21 mostram que tais iniciativas estão promovendo o paradigma da sustentabilidade, ainda que tais ações sejam implementadas conforme as possibilidades e limitações de cada contexto local.



* Técnico em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Graduado em Sociologia (UnB), é mestre e doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Foi Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (2008-2009). Desenvolve pesquisas nas áreas de governança ambiental, desenvolvimento local, participação social, descentralização, gestão de recursos de propriedade comum e na análise da relação entre o discurso e a prática do desenvolvimento sustentável.



Agenda 21 em Arapiraca/AL: Vivendo o desafio da perseverança

Simone Rachel Lopes Romão*

O NOSSO CAMINHO INICIAL

Entendemos que o maior bem que a Agenda 21 pode focar é A VIDA. Nosso sonho é alcançar qualidade de vida HOJE, e garantir a sustentabilidade local, por meio de um compromisso compartilhado com muitos que comungam de uma mesma consciência, sendo o nosso lema “DESENVOLVENDO O PRESENTE, GARANTINDO O FUTURO”.

Para um sonho na vida existir, é necessário que se dê um passo com perseverança e determinação. Mas, qual o passo certo? Para a direita? Para a esquerda? Para frente? ... Qual o caminho certo para consolidar um sonho e continuar um crescimento com confiança e estabilidade? ... Certezas? Muitas vezes não temos. Estamos cheios de intenções, desejos, limitações e sonhos ... viver é um grande ciclo, um grande processo.

O ano de 2006 é o marco temporal do nosso começo no processo de construção da história da Agenda 21 em Arapiraca que já havia sido iniciado com uma Coordenação anterior. Herdamos o Projeto aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, via Fundo Nacional do Meio Ambiente em 2004, e, a partir dele começamos a andar. Caminho de pedras, subidas, descidas, desvios, caminhos sem saída, labirintos, ajustes nos passos, faltava suprimentos, projeto defasado com o tempo ... mas, continuamos andando com o que tínhamos e do pouco se potencializou para que rendesse até o fim do processo de construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável. O interessante de qualquer processo de Agenda 21 Local é que pode haver um começo, mas é da sua essência não ter fim, pois o fim é sempre um pretexto para recomeçar. Como as estações da natureza, a Agenda 21 tem seus ciclos. Às vezes de inverno, outros de verão, dias de outono e tempos de inverno.

A UNIDADE NO CAMINHO

No nosso caso, assumimos a Agenda 21 em tempos de muito inverno. O processo da Agenda 21 de Arapiraca quando iniciamos em 2006 estava morto, desacreditado, porém, através da unidade e do compromisso assumido por parte do governo e da sociedade, assim, reviveu. É do senso comum dizer que a ‘união faz a força’. No nosso caso, fez mesmo, toda diferença. Com o que tínhamos começamos a andar. Havia uma Coordenação compartilhada entre 4 pessoas. Um Fórum de DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável) composto por 65 representantes na época, que por sua legitimidade na cidade tornou-se Fórum da Agenda 21 Local. Do FDLIS, formou-se o Grupo Gestor de Trabalho, confluindo em média 45 pessoas. Nesta ciranda do processo de planejamento participativo, gerou-se uma rede social local movimentando mais de 370 pessoas até o processo da construção do Plano de Ação. O processo de planejamento foi cativando as pessoas.

Em se tratando da participação do empresariado no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável, foi relativamente expressiva. Durante o processo de construção, o empresariado participou de eventos específicos, como do I ENCONTRO DE POTENCIAIS PARCEIROS – SETOR EMPRESARIAL. Um evento exclusivo para o setor na fase inicial da construção visando mobilização para a construção. Neste momento, o empresariado local demonstrou interesse pela causa socioambiental, sendo este representado durante o processo de construção pela ADEDIA (Associação dos Empresários do Distrito Industrial de Arapiraca), CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), SEBRAE-Arapiraca (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Arapiraca) e Grupo Coringa. Na realidade, o empresariado local de Arapiraca tem um perfil muito prático, direto e imediatista, e a cultura do planejamento é um paradigma que precisa ser fortalecido e expandido neste setor. A maior contribuição deste setor no processo da Agenda 21 foi à parceria estabelecida para ações e atividades isoladas, como fornecimento de material de divulgação, camisas, alimentação, material para que a Agenda 21 acontecesse. Atuaram muito mais nos bastidores da participação indireta do que propriamente na participação direta no planejamento participativo com os demais setores (governo e sociedade civil). Por outro



lado, a sociedade de consumo, os empresários, os comerciantes, os feirantes, os prestadores de serviços, de uma forma geral, visam o lucro. Equilibrar a balança entre o consumo e a necessidade real, requer um trabalho árduo de sensibilização e de educação ambiental rumo ao consumo consciente. Esta ainda é uma super tarefa para esta fase de implementação da Agenda 21 de Arapiraca.

DESCANSO DO ANDARILHO

O andarilho chega a um ponto do caminho que precisa parar e tomar decisões. Assim, nos encontramos nesta fase. Do ponto de vista do planejamento participativo, a Agenda 21 de Arapiraca possuiu características interessantes referente à sua significância no contexto local e estadual.

Dentro da história dos processos de construção de Agendas 21 em Alagoas, a Agenda 21 de Arapiraca é pioneira e também a única participante da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais. Muitos outros municípios iniciaram sua construção a partir da iniciativa do Banco do Nordeste, mas não foi adiante. Esse pioneirismo tem um preço. Ficamos ilhados para fazer da Agenda 21 uma oportunidade de mudança para os municípios. Neste contexto estadual, vale destacar a iniciativa da criação de Agendas 21 escolares através do Programa de Educação Ambiental do Instituto LAGOA VIVA, financiado pela BRASKEM, com o compromisso de gerar responsabilidade socioambiental da Indústria no Estado, que vem apoiando iniciativas em diversos municípios. Em Arapiraca, há esta parceria com a Prefeitura que se pretende realizar a criação das Agendas 21 nas escolas em sintonia com a Agenda 21 Local.

Outro aspecto relevante é que a cidade de Arapiraca requer uma cultura de planejamento participativo integrado as demais políticas públicas que caminhem para a sustentabilidade local. Hoje, para a Prefeitura, a Agenda 21 não é vista de maneira isolada no contexto, mas a necessidade de integrar as políticas públicas com o foco nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM, Selo UNICEF, Orçamento Participativo e Plano Diretor tem sido analisado para encontrar um rumo frente ao seu processo de implementação conforme preconizado no documento da Agenda 21 Arapiraca. A necessidade de fortalecimento de um planejamento integrador que proporcione qualidade de vida e que promova o desenvolvimento sustentável interligando as Secretarias Municipais também requer um amplo trabalho que vise à unidade.

E o outro aspecto de extrema relevância é o fortalecimento dos atores sociais do Fórum da Agenda 21 Local, buscando capacitá-los para serem agentes transformadores da realidade que os cerca e continuar disseminando os conceitos do sonhado desenvolvimento sustentável, inclusive buscando realizar parcerias mais concisas com o setor empresarial, para que se sinta atraído e estimulado para promover uma política de responsabilidade socioambiental. Agora chegou o tempo de praticar o conceito com propriedade.

ONDE QUEREMOS CHEGAR

Há muitos esteios que precisam se romper para sermos de fato UMA CIDADE DO FUTURO, conforme o título da nossa Agenda 21. Em tempos de mudança da estrutura administrativa, em tempos de eleições nacionais, uma saída para enfrentar o desafio da implementação da Agenda 21 em Arapiraca é o caminho contínuo da perseverança, buscando uma unidade a partir de um planejamento integrado. Acredita-se que com a comunhão de todos se pode superar o individualismo que por muitas vezes impera numa sociedade de consumo para alcançarmos uma Arapiraca e um mundo melhor para se viver.

* Arquiteta e Urbanista pela Federal de Alagoas (UFAL), onde atualmente cursa mestrado em espaços urbanos. Desde 2009, trabalha na prefeitura com assessora técnica da Agenda 21.



Agenda 21 Vila Mariana/SP

Nina Orlow

O fórum de Agenda 21 da Vila Mariana se constituiu em 2004 e realizou várias atividades até o ano de 2005, quando foi paralisado. No final de 2008 foi retomado, com uma nova proposta participativa, baseada no PASSO A PASSO DA AGENDA 21 LOCAL, com representantes da sociedade civil e governo local, inspirado pelo Curso sobre Agenda 21 na UNIFESP (VM), coordenado pela Dra Ivani Lucia Leme, e por outros fóruns já existentes na cidade de São Paulo.

Foram estabelecidas reuniões sistemáticas, inicialmente acolhidas pela Secretaria dos Esportes, depois pela Coordenadoria da Educação e finalmente pela Subprefeitura da Vila Mariana. Foram feitas varias palestras e sensibilizações para ampliar o grupo da Agenda 21 de Vila Mariana. Consolidado o fórum com lideranças e representantes da sociedade civil e da prefeitura, ficaram sistematizadas as reuniões todas as 2^{as} segundas-feiras de cada mês e criado um fórum virtual de diálogo. (forum_agenda21_vmariana@yahoo.com.br).

Conforme o grupo foi se integrando, foi observada a existência de várias iniciativas socioambientais na região, que não eram de conhecimento de todos. Também não estavam baseadas no diagnóstico local e muitos participantes desconheciam instrumentos importantes como o Plano Diretor Estratégico de Vila Mariana e os indicadores elaborados pelo Movimento Nossa São Paulo, como Publicação Indicadores 2008, Orçamento Per Capita e Indicadores Socioeconômicos por Subprefeituras, e outros.

O grupo passou a se aprofundar nesses documentos, e também analisando os Indicadores Básicos da Cidade de São Paulo 2009, incluindo análise da situação das Subprefeituras vizinhas que tem impacto direto sobre a V. Mariana, como por exemplo no sistema viário e na mobilidade. Foi feita proposta elaborada pelo Eng^o Eduardo para ciclovia. Os integrantes também participaram ativamente contribuindo com o questionário base para a pesquisa e publicação São Paulo em indicadores e metas IRBEM. Também foram feitas consultas ao Atlas Ambiental, o GEO Cidades e outros documentos produzidos pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Em 2009 conforme determinou a Lei 14887/09, foi feita a eleição, da sociedade civil, por distrito, para o Conselho do CADES VM, de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz. Foram indicados pela prefeitura os representantes do governo local e produzido de forma participativa, o regimento, aprovado em dezembro de 2009.

A partir de 2010 foram estabelecidas as prioridades, em apoiar e colaborar com a questão ambiental, o desenvolvimento sustentável e a cultura de paz da região promovendo projetos e ações conjuntos do CADES VM com o fórum da Agenda 21 VM.

Desde que se formou esse processo na Vila Mariana, foram feitas várias propostas e ações nas seguintes questões prioritárias:

1- Estabelecemos a importância do incentivo e campanhas de ações educativas para a coleta seletiva da região, já que a região tem alta geração de resíduos, e pouquíssimo é encaminhado para a reciclagem. Foi solicitada à Prefeitura/Limpurb, a implantação de Central de Triagem na região para que os catadores pudessem gerar trabalho e renda no local.

2- Foi feita avaliação e solicitação de detalhes do projeto do Bairro Universitário, inclusive em vista da enorme quantidade de serviços de Saúde, no Distrito da Vila Mariana, geração de grande movimento de pedestres e dos corredores viários de acesso. Em 2009 foi convidada a Dra Ana Maria Maniero Moreira, para palestrar sobre a problemática dos resíduos da saúde, evento integrado com o DIADESOL2009/ABES/AIDIS. (Cap. 19,20,21,22,31e36 da Agenda21).



3- Organizamos juntamente com a Subprefeitura e entidades locais, um diálogo para o entendimento do projeto e a assimilação da nova linha (lilás) do Metrô, que irá gerar grande transformação na região. (Cap.4,5e8 da Agenda21).

4- Participamos como colaboradores na organização do Seminário sobre Agenda 21 nas Escolas, coordenado pelo Professor Celso Mauro Pereira Lyra do Fórum da Agenda 21, na Universidade UniPaulistana, com a participação da Professora Marina Galiano Monteiro de Suzano e da Professora Elizabete Iglecias Mendes, da Diretoria de Educação DRE Ipiranga. Na ocasião também foram propostas e acatadas várias intervenções de responsabilidade socioambiental para a Universidade.

5- Aprovamos a proposta para 2010 em trabalhar no incentivo de Agendas 21 Escolares, no âmbito das escolas estaduais e municipais, públicas e privadas e colégios técnicos e universidades;(Cap. 23,25e40 da Agenda21) e iniciamos atividades de sensibilização dos integrantes do programa Escola da Família da Coordenadoria Regional de Ensino.

6- Foi proposta a integração e apoio a iniciativas socioambientais existentes, públicas e privadas e a necessidade de mapeamento das entidades que atuam em Vila Mariana para o fortalecimento dos trabalhos na região e entorno (Cap. 27,28,36e40da Agenda21), iniciado pelo projeto Ecobairro, coordenado pelo Paulo Santos, (www.ecobairro.org.br).

7- Durante todo o período, a participação dos integrantes do fórum da Agenda 21 e do CADES VM, teve grande destaque nas iniciativas que resultassem em melhoria da Vila Mariana. Através da representante da Associação Comercial /VM, Rose Campos ficou definida a importância de integrar o Movimento pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ODM-Nós Podemos SP, e implantar um Núcleo ODM/VM para acompanhamento das Metas e dos Indicadores da região. Houve também a participação nas Conferências de Meio Ambiente, de Saúde Ambiental, nos Conselhos, através da Rafaelita na área da Saúde, e da Beatriz Redko no Conselho do Idoso.

8- Foi iniciado também o projeto Integração Comunidade-Praça, inicialmente idealizado pela Conselheira Marli Mattos, com o objetivo de humanizar e integrar a comunidade no projeto da Subprefeitura, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e da Secretaria do Trabalho denominado Zeladoria de Praças, com a contratação de 80 zeladores para as praças de Vila Mariana, que além de gerar trabalho e renda e irá possibilitar um novo olhar da comunidade, a integração e o cuidado com o espaço público.

Ainda para o 5º e 6º passos, foi proposto um Encontro dos Conselheiros do CADES VM e integrantes do Fórum Agenda 21 VM para o final do 2º Semestre para avaliação das atividades e estabelecimento de um Plano Integrado com novas metas e o aprofundamento de indicadores, existentes e/ou desenvolvimento de novos.

Para maiores informações pode ser acessado o site <http://www.redeagenda21sp.com.br/vmariana>



Agenda 21 do Município de Carmésia/MG

Ruderson Santos Carvalho*

A Agenda 21 do Município de Carmésia foi implantada pela sociedade carmesiense e lideranças no dia 10 de Julho de 2009. Após este marco vem sendo discutido eixos norteadores e atividades sustentáveis vêm sendo realizadas com a participação ativa da comunidade.

São discutidos seis eixos dentro do Grupo de Trabalho Temático: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infraestrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Estão sendo analisadas propostas de um eixo Temático Especial da Área de Proteção Ambiental “APA RENASCENÇA” e a aprovação do Projeto de Lei da Agenda 21 enviado à Câmara Municipal de Carmésia.

“...em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite em participar dos projetos de educação ambiental feito à Escola “José Vieira da Silva”, é com muito orgulho e satisfação que a gente abraça essa causa...”

Idalice Gonçalves da Silva Madureira – Diretora da Escola Estadual “José Vieira da Silva e Coordenadora do Grupo de Trabalho Temático Cidade Sustentável

Dentre as atividades desenvolvidas com a comunidade destacam-se:

- Carmésia Cidadã (Documentos, Corte de Cabelo, Manicure e Pedicure gratuitos, Biblioteca Móvel, Palestras e Exposição de Artesanato Indígena, Educação Ambiental, Patrimonial, Alimentar e Sexual);
- Realização do Projeto Educação Ambiental e Cidadania em comemoração à Semana do Meio Ambiente – 05 de Junho com palestras e blitz educativa;
- Realização do Projeto Dia Mundial da Água com atividades variadas: palestras, blitz educativa, visita ao Rio do Peixe, cachoeiras, Área de Proteção Ambiental “APA RENASCENÇA” e Estação de Tratamento de Água – ETA do Município, concurso de pintura e visita a Nascente do Rio Jequitinhonha no Município do Serro/MG;
- Realização do Enduro Escolar (trilha ecológica);
- Realização de Quis Ambiental e oficinas de reciclagem aos alunos da Escola Municipal “Cônego Bento”;

“...através da Feira do Produtor temos produtos orgânicos diretamente da roça, gostosos e com qualidade, não perco nenhuma...”

Marlélia Vanessa Araújo Mourão Gonçalves – Secretária Municipal de Gestão e Controle

- Implantação da Coleta Seletiva e ampliação do Aterro Controlado;
- Parceria com a CENIBRA, ITAURB, Banco Real, SISEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), IEF (Instituto Estadual de Florestas), Polícia Ambiental, AmbientAÇÃO, EMATER/MG, CONTRATA, CREA/MG e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio na realização dos Projetos Ambientais;



- Realização de oficinas de reciclagem com o Grupo da Terceira Idade;
- Curso de Formação de Brigadistas Voluntários contra Incêndios Florestais em parceria com o IEF na Reserva Indígena e Comunidade Rural;
- Ativação efetiva dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CODEMA) e Consultivo “APA RENASCENÇA”;
- Incentivo ao artesanato que realiza trabalhos de reciclagem;
- Palestras de Educação Ambiental com escolas e produtores rurais em parcerias com a Polícia Ambiental e IEF;
- Apóio à 5ª Festa das Águas Intercultural Pataxó realizada em outubro;
- Participação em cursos e seminários regionais voltados para as questões ambientais;
- Capacitação e curso à distância no AmbientAÇÃO (Programa de Educação Ambiental nos prédios público do governo de Minas Gerais);
- Participação no COMDEC (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, criado pela Lei Municipal nº 718/2009);

“...a complementação da fiscalização e da educação ambiental foi muito importante para o desenvolvimento da APA. Na parte da educação ambiental nos tivemos várias visitas na APA de pessoas inclusive recolhendo lixo preocupadas com a preservação de várias espécies vegetais...”

Hélcio Lucas de Carvalho – residente na zona rural na APA Renascença.

- Continuidade do Projeto Cata Aqui, Cata Ali (projeto que deu início a coleta seletiva com coleta de material reciclável nas ruas e limpeza de córregos);
- Participação efetiva nas reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio;
- Licença de Operação e contrato de empresa para licenciamento da Usina de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos e Estação de Tratamento de Esgoto;
- Projeto Bem Me Quer voltado para famílias que se encontram em vulnerabilidade social;
- Construção de Módulos Sanitários para melhorar a qualidade de vida da população;
- Inauguração da Feira do Produtor “Sabor de Arte Carmesense” – produtos orgânicos e naturais da roça e renda para os produtores;
- Realização do I Seminário Sócio-Ambiental Cidade Sustentável com apoio da CEMIG, Fundação Israel Pinheiro, IEF, Anglo American, Casa Sales, Instituto Águas da Terra, Fórum da Agenda 21 do Estado de Minas Gerais, Orbis Clube, ITAURB, EMATER/MG, CENIBRA, Programa Minas Sem Lixões, Escolas Municipais e Estaduais;
- Apoio e instruções com os produtores rurais sobre Projeto Estruturador (cercamento de nascentes), Programa Bolsa Verde e PRONAF;
- Projeto Pimenta – apoio de empresa para plantio da pimenta e renda;
- I Encontro de Gestores Municipais da Assistência Social (Proteção da Criança e do Adolescente e Funções dos Conselhos);

“...minha participação na Feira é muito importante, pois além de ser um lazer para mim, ganho um “troquinho”...”



Nelsa Teixeira dos Santos – Feirante com Barraca de Doces e Verduras.

- Doação de cobertores aos alunos da Creche Bem Estar do Menor;
- Participação no PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) – CEMIG nas escolas;
- Comemoração do Dia Mundial da Atividade Física (aferição de pressão arterial, pesagem, medição de altura e caminhada);
- Luau Sertanejo (Apresentações de violeiros e sanfoneiros resgatando a cultura e tradição);
- Palestras sobre Prevenção do Câncer de Colo, de Útero e de Mama;
- Realização do Jojó Noel (Distribuição de presentes e cestas de natal para crianças do Município);
- Cursos de Apicultura, Horticultura e Bovinocultura oferecidos pela EMATER/MG;...

“...as crianças aprenderam a cuidar do meio ambiente, a preservar a natureza principalmente e com isso elas levaram esse conhecimento até os pais...”

Elizete de Lima Tomáz Soares de Carvalho – Diretora do Pré-Escolar Municipal “O Castelinho Encantado” e Relatora do Grupo de Trabalho Temático Agricultura Sustentável.

Finalizando, saliento que as atividades desenvolvidas são inúmeras, ficando inviável decorrer aqui sobre todas. Esclareço ainda que todas atividades são voltadas à sustentabilidade com foco na melhoria da qualidade de vida da população.

* Pedagogo. Secretário Municipal de Fomento e Desenvolvimento Econômico Social. Representante da Secretaria Executiva do Fórum da Agenda 21 do Município de Carmésia. Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA. Presidente do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental - APA Renasença”.





Agenda 21 Jabaquara/SP

Vera Lucia dos Santos Gonzalez

O Processo de Agenda 21 do Jabaquara se iniciou em 2005, através da iniciativa da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e da Rede das Agendas 21 de São Paulo.

Houve uma formalização do lançamento ocorrida na CIESP –Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, com a presença do Subprefeito do Jabaquara que assinou o termo de compromisso de implantação do Fórum de Agenda 21 do Jabaquara. Foi de grande importância o envolvimento da Subprefeitura e da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente no processo.

Ocorreram regularmente reuniões mensais, mesmo com as mudanças no grupo dos participantes, inclusive dos representantes do governo local. As reuniões acontecem no Auditório da Subprefeitura Jabaquara. Entre os parceiros podemos citar : Centro Educação Unificada – CEU Caminho do Mar / Núcleo de Atendimento às Mulheres, Crianças, Adolescentes e Idosos Vítimas de Violência / AME / Conselho Tutelar do Jabaquara / Projeto Coração Família / Paróquia Santa Catarina / Associação Comunidade Ativa da Vila Clara / Rotary Clube de São Paulo / Subprefeitura do Jabaquara / Senac-Unidade Jabaquara

Em 2007 houve o I Encontro das Agendas 21 Locais da Região sul da cidade de São Paulo, ocasião em que foram eleitos os conselheiros para o CADES Regional – o Conselho de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz do Jabaquara. O Conselho produziu um Regimento Interno e passou a reunir-se de forma participativa com o fórum da agenda 21. Os membros deste conselho são eleitos pela comunidade através de voto voluntário, por isso são de qualidade, consciência e cidadania, garantindo a representatividade deste frente às demandas e encaminhamentos da sociedade local. Os CADES são representados nas diversas subprefeituras de São Paulo, integrando a sociedade civil e o poder público na busca de ações e atividades visando, entre outras atribuições, receber propostas e denúncias a serem encaminhadas à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente, sendo um canal de participação e interação de comunidades, moradores, administração pública e iniciativa privada em relação ao meio ambiente, sustentabilidade e cultura de paz. É também função do CADES propor planos, projetos e novas propostas para a Agenda 21 Local. Conheça os principais projetos realizados e em andamento da nossa Agenda 21 –Local.

PROJETO QUATRO ESTAÇÕES - Sendo uma iniciativa do CADES –JA Regional, o projeto é planejado pelo Grupo de Trabalho da Agenda 21, de forma coletiva e participativa, buscando a divulgação das questões sócio-ambientais da região do Jabaquara e a valorização da cultura e da comunidade. Em cada estação do ano acontece um dos eventos, sempre em espaços públicos, realizando o plantio de árvores, o resgate de cultura, oficinas artísticas, virada cultural, e mais apresentações musicais e palestras sobre meio ambiente. A divulgação dos eventos é feita através dos jornais locais, Jornal Mural da Subprefeitura, escolas e centros comunitários. Em cada evento contamos com uma média de 200 pessoas, criando uma boa expectativa de que os próximos eventos sejam ainda mais prestigiados: por isso, a avaliação feita pela comunidade tem demonstrado resultados satisfatórios.

PROJETO PLATAFORMA DOS CENTROS URBANOS (PCU) –Patrocínio UNICEF

O CADES- JA em consonância com a Agenda 21 do Jabaquara atendendo as demandas da infância e juventude da região e observando a Seção III- fortalecimento do papel dos grupos principais capítulo 2. Tendo como objetivo a sistematização e implantação de ações e eventos para que as crianças e adolescentes do Distrito do Jabaquara possam crescer e se desenvolver com saúde, educação, cultura e proteção à violência. Etapas do projeto: Evento de Lançamento; I Encontro Intercomunitário; Diagnóstico participativo, Mapeamento; Consulta as crianças e adolescentes/Adultos; I Fórum Comunitário: GA.JA realizado no CEU CAMINHO DO MAR; Resultado do Fórum: seis mudanças e metas para orientar o plano de ação com prazos para 2010 à 2012. Meta 1. Número de casos de violência doméstica e acidentes domésticos entre crianças e adolescente -

Meta 2. Qualidade do atendimento às crianças e aos adolescentes com deficiência nas creches e escolas. - Meta 3. Participação dos adolescentes em programas de educação sexual e prevenção ao HIV/AIDS - Meta 4. Abrangência e a qualidade de programas para adolescentes em medidas sócio-educativas - Meta 5. Nível de participação de crianças e adolescentes nas ações e nas decisões da comunidade - Meta 6. Condições de mobilidade de crianças e adolescentes dentro e fora da comunidade.

Plano de Ação Ano – 2010 - Contemplando três mil famílias no Jabaquara, abrangendo os bairros de Americanópolis, Vila Campestre, Vila Santa Catarina, Vila Clara, Jardim Lourdes, Jardim Itacolomi. As atividades que compõem o plano estão abaixo relacionadas: /

- Balaio Cultural / Formação de adolescentes / Transformando Vidas: atendimento às famílias em situação de violência / Construindo Cidadania Grupo de Gestantes Adolescentes / Cinema na Comunidade AME / Eco Vila – Ação de Sustentabilidade Econômica e Ambiental / SENAC PET: Programa de Educação para o Trabalho Primeiro Emprego / Projeto dos adolescentes comunicadores: Revista Viração / EDUCAÇÃO AMBIENTAL Divisão de Gestão Descentralizada Sul-2/Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Projeto Redescobrimo as Nascentes do Jabaquara – Por se tratar de uma região com muitas nascentes, inúmeras delas inclusive assoreadas, e até impermeabilizadas na superfície, muitas encontram-se dentro de propriedades particulares, com muitas histórias contadas pelos antepassados sobre rios e lagoas no Jabaquara, resolvemos resgatar essas histórias e principalmente mapeá-las e se possível restabelecer e preservá-las conforme estabelece a Lei. Foi criado um grupo de trabalho Fontes e o projeto encontra-se em fase de vistorias, mapeamento e elaboração de oficinas para comunidade.

Envolvimento na Recomposição da Frente Parlamentar pela Agenda 21 de São Paulo;

Participação das audiências públicas para o orçamento da cidade, e defesa da melhoria dos investimentos baseados em indicadores locais.

Participação na pesquisa prévia para o questionário IRBEM – Indicadores de Bem Estar da Cidade de São Paulo, - www.nossasaopaulo.org.br

A implantação da Sala Verde, em parceria com a Subprefeitura Jabaquara, que atua na região, com atividades e projetos pedagógicos socioambientais para todas as idades e apoio a implementação do CADES – JA, Conselho Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - Agenda 21 Local. Integrado ao Movimento da ODM.

Atualmente o fórum da Agenda 21 do Jabaquara juntamente com o CADES Jabaquara, efetivaram o processo das eleições CADES-JÁ. Participaram da inscrição 18 candidatos, 609 eleitores, sendo 594 votos válido, sete nulos e oito votos em branco.

Visite a nossa página na internet: portala21jabaquara.blogspot.com

Acesse o site: <http://www.youtube.com/watch?v=FuTy3n9PLeg> e veja os depoimentos



Processo de Agenda 21 Local de Passo Fundo/RS

Cleber Bordignon

No município de Passo Fundo/RS o processo de elaboração e implantação da Agenda 21 Local teve início com a participação de Organizações Não Governamentais na “RIO 92”. No Pós ECO/92, houveram discussões entre os movimentos sociais a cerca da implementação de ações de Agenda 21. Em 2004 algumas organizações sociais participaram do curso de Formação de Multiplicadores da Agenda 21 em Curitiba/PR. Neste ano, também, foi criado um programa de rádio com a finalidade de dar maior publicidade à Agenda 21 e seus compromissos e está no ar até hoje. Em 2005 fora realizado o Encontro Municipal de Avaliação das Ações Ambientais, uma iniciativa do Ministério Público Estadual em parceria com um colegiado de instituições, a Assembléia Permanente de Preservação Ambiental (APPA), tendo como painel principal a temática da Agenda 21 Global. No mesmo ano, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, representantes de ONGs participaram da criação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais (REBAL). Também em 2005, um grupo de organizações sociais realizou um “Primeiro Passo” em prol de sua concretização desenvolvendo atividades como: reunir informações sobre programas/projetos/ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, identificar as instituições parceiras dos setores da sociedade local (civis e públicas) para que pudessem contribuir na mobilização e sensibilização das temáticas da Agenda 21 Local, iniciar debates para fortalecer institucionalmente o processo junto aos poderes públicos locais, obter apoio dos meios de comunicação, divulgar a proposta da Agenda 21 agregando parceiros. Após estas ações um grupo de organizações começam a fomentar iniciativas concretas pró-Agenda 21 (Coletivo Educador/Sala Verde/Com Vida).

Um “Segundo Passo” fora dado em 2006, ao se criar o Fórum Permanente da Agenda 21 Local de Passo Fundo que é um colegiado composto por organizações de diferentes segmentos da sociedade local com objetivo de formular e acompanhar a execução de políticas públicas locais para o qual as seguintes ações foram realizadas: formalizou-se parcerias entre governo e sociedade para criação deste espaço, zelou-se por contemplar representações dos diferentes setores sociais dentro deste Fórum, criou-se estatuto e regimento interno para orientar seu funcionamento, institucionalizou-se o Fórum via decreto municipal nº 131, inicialmente composto por 18 entidades/organizações, elegeu-se a coordenação deste Fórum com alternância entre segmentos da sociedade civil e pública, elaborou-se um roteiro para a implementação da Agenda 21, definiu-se um espaço para o funcionamento da Secretaria Executiva junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a qual articulou ações da Agenda 21 Local até 2007.

No início de 2007 ocorreu um processo de desarticulação do Fórum da Agenda 21 Local que, em grande medida, fora motivado pela falta de uma ferramenta agregadora das ações da Agenda 21 Local, e, algumas ações passaram a ser realizadas junto à atuação do Coletivo Educador. Em 2008 uma organização integrante do Fórum Permanente da Agenda 21 Local propôs elaboração de projeto para a criação de uma Secretaria Executiva. Em 2009 foi um período dedicado à elaboração do projeto e aglutinação do Fórum. Em abril 2010 criou-se a Secretaria Executiva da Agenda 21 de Passo Fundo com o objetivo de dinamizar/impulsionar a elaboração e implementação da Agenda 21 Local de Passo Fundo, executando as ações definidas no Fórum Permanente da Agenda 21 Local de Passo. Esta Secretaria é subsidiada com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente com gestão de uma Organização Não Governamental.

O Fórum Permanente da Agenda 21 Local reúne-se mensalmente para a realização de Assembléias Gerais Ordinárias e tem deliberado acerca da construção de diagnóstico situacional de Passo Fundo e construção do Plano de Resíduos Integrados para o município. Em 2010 a Associação Comercial e Industrial de Serviços e Agropecuárias de Passo Fundo (ACISA) - setor empresarial -assume a coordenação do Fórum.

Dentre as diversas atividades que o Fórum Permanente da Agenda 21 Local de Passo Fundo participou, seguem as principais: Encontros da Rede Gaúcha de Agenda 21 Locais em São Lourenço do Sul (2006), Gravataí (2008), Ijuí (2009) e Vacaria (2010) e também de reuniões de coordenação da Rede Gaúcha de Agendas 21. Também participou do Encontro da Rede Brasileira de Agenda 21 Locais (REBAL) em Fortaleza/CE. Em 2008



o Fórum representou o município em todas as etapas da última Conferência Nacional do Meio Ambiente onde garantiu a participação de um delegado na qual inseriu na pauta a inclusão da temática da Agenda 21 Local como iniciativa para a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Realizou-se, em Passo Fundo, neste ano um Encontro Regional de Agendas 21 Locais com participação de 43 municípios vizinhos.

Em 2010 está sendo implantada na Administração Pública municipal, com proposição da Agenda 21 Local de Passo Fundo, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Passo Fundo passa a ser o primeiro município gaúcho a implantar a A3P impulsionada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Em Passo Fundo há inúmeras organizações que realizam atividades que podem ser definidas como ações de implementação de Agenda 21. Está posto o desafio de aglutinar/compartilhar estas iniciativas.

Abaixo segue alguns relatos de ações de Agenda 21 desenvolvidas por entidades que estão inseridas no processo da Agenda 21 Local:

A EMBRAPA TRIGO, organização integrante do Fórum da Agenda 21, desenvolve várias ações de Educação ambiental ao seu público interno, como: palestras informativas, plantio de árvores nativas, distribuição de canecas aos empregados em substituição ao uso de copos descartáveis, aquisição de lixeiras para coleta seletiva e distribuição de material relacionado a educação ambiental. A construção do Gerelab, um laboratório para o tratamento de resíduos químicos dos laboratórios, possuindo uma sala para o depósito dos mesmos. Assim, todos os resíduos químicos gerados na Unidade recebem o destino adequado. Em 2008 e 2009, destinou-se corretamente lâmpadas de vapor de mercúrio, óleo queimado, filtros de óleo, litros de estopa, lodo da caixa separadora de água, pneus, pilhas e baterias. Também, doou à Associação de catadores aproximadamente 8.350 kg de materiais recicláveis.

A Sala verde Itinerante e o Coletivo Educador do Planalto Médio, sediados junto a UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, disponibiliza de Sala Verde Itinerante que é um espaço de gestão participativa que envolve instituições e pessoas preocupadas com as questões ambientais e a justiça social. A proposta integra programas de educação ambiental. O Ministério do Meio Ambiente disponibiliza o acervo que fica localizado na Sede do Muzar. Já foram parceiros na Sala Verde Itinerante a Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), a 1ª Companhia Ambiental do 3º Batalhão Ambiental da Brigada Militar, Emater/Ascar-RS e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (SEMA/Defap). Nos últimos anos a dedicação do Muzar através da Sala Verde Itinerante foi ao Abril e Maio Ambiental, programa que concentra vários eventos como: a Feira Regional de Economia Popular Solidária (Fresol), a Mostra da Biodiversidade, o Encontro Regional da Rede Gaúcha de Agenda 21 (2009), o Encontro Regional de Coletivos Educadores (2009), o Encontro Infanto-Juvenil do Meio Ambiente e o Encontro de Avaliação das Ações Ambientais, e é promovido através da Assembléia Permanente pela Preservação Ambiental (APPA). Em 2009, destacou-se participação do Fórum Caminho das Águas que resultou na criação da cartilha "Caminho das Águas: aprendendo e ensinando". É destinado para professores e lideranças em suas inserções pedagógicas. Integrada a Sala Verde Estação Ecológica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Passo Fundo mantém o Programa do MMA o Circuito Tela Verde. O Coletivo Educador do Planalto Médio Gaúcho contribui na manutenção do grupo organizado de instituições, junto a Assembléia Permanente pela Preservação Ambiental (APPA), que possuem o objetivo de contribuir com nas questões e políticas de meio ambiente no município de Passo Fundo e ao Fórum da Agenda 21 Local.



Agenda 21 como instrumento de gestão e capacitação popular em Marcelândia/MT

Rosália Valençoeira¹, Sirleni Juliani, Maristela Teixeira.

1- Introdução

A Agenda 21 do município de Marcelândia, localizado na região norte do estado do Mato Grosso teve como título: “Fortalecimento do Planejamento, Ordenamento e Gestão Ambiental e Territorial de Marcelândia-MT” e foi coordenado pelas Secretarias Integradas de Planejamento, Agricultura e Meio Ambiente. O diagnóstico participativo da Agenda 21 realizado nas comunidades rurais e bairros do município de Marcelândia traduziram em palavras os sentimentos, preocupações e anseios dos cidadãos em relação ao futuro do município.

2- Metodologia

A metodologia adotada na elaboração da Agenda 21 Local de Marcelândia, segue o “Passo a Passo” da Agenda 21 Local produzido pelo Ministério do Meio Ambiente, mas com algumas peculiaridades próprias do contexto local e alguns desenvolvimentos metodológicos, sendo eles:

- Realização de reuniões e oficinas para o Diagnóstico Local Participativo;
- Formação do Fórum da Agenda 21;
- Levantamento de Dados Secundários;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Plano Diretor Participativo;
- Implementação do Plano;

O marco inicial da implantação da Agenda 21 de Marcelândia se deu com uma oficina de mobilização e sensibilização da população. O passo seguinte foi a criação do Fórum da Agenda 21 de Marcelândia, que foi constituído por 40 entidades, sendo 20 representantes de entidades públicas e 20 de organizações da sociedade civil. A participação do Fórum foi fundamental para o sucesso da participação popular, que se destacou na apresentação de demandas e necessidades sociais, econômicas e ambientais.

No processo de construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável foi criado o CAP – Comissão Articuladora do Programa, composta por um grupo de membros do Fórum para conduzir os trabalhos.

3 - Diagnóstico Participativo

A metodologia utilizada nesta fase foi por meio da matriz FOFA e para a elaboração do Planejamento Estratégico foi necessário o estudo dos pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e ameaças de cada segmento ou comunidade. Foram ouvidas através de oficinas, as diversas demandas da sociedade de Marcelândia, onde se percorreu todos os bairros urbanos da sede e todas as comunidades rurais, levando até os munícipes a oportunidade de construção de uma nova forma de desenvolvimento com geração de trabalho e renda, justiça social e preservação ambiental.

3.1- Sistematização do Plano e Definição das Ações

Após a realização das oficinas, todas as demandas da sociedade, incluindo problemas e propostas, foram sistematizadas em um banco de dados, com cerca de 700 registros. A partir deste estudo, foram criados 11 grupos temáticos. As demandas tiveram sua redação revisada e cada item foi classificado de acordo com os seguintes temas: Ação Social; Cadeia Produtiva; Comunicação; Educação; Fundiário; Infra-Estrutura; Meio Ambiente; Saúde; Segurança; Turismo e Legislação.



O maior desafio enfrentado após a sistematização do plano foi a definição das ações prioritárias para o desenvolvimento sustentável de Marcelândia, bem como, a posterior viabilização de alternativas para “tirar o plano do papel”, pois, neste estavam os anseios da sociedade de Marcelândia, cujo maior desejo foi à mudança de sua realidade.

4- Resultados alcançados

Através da Agenda 21 local alcançou-se uma importante mudança de paradigma em Marcelândia, que foi o planejamento conjunto de novos horizontes com a utilização racional e sustentável dos recursos naturais, haja vista, que este município desde a sua colonização sobreviveu quase que exclusivamente da extração madeireira.

No processo de construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável, a educação ambiental foi identificada como um marco estratégico de intervenção na busca pelo futuro sustentável de Marcelândia, especialmente através da educação formal.

A principal ferramenta que a Agenda 21 Local proporcionou ao município de Marcelândia foi o fortalecimento da gestão sócio-ambiental local com a adesão de grande parte da população nos processos de busca pela legalização fundiária e legalização ambiental do município. Tal fato culminou na organização do Grupo de Trabalho Marcelândia 100% Legal com representantes da sociedade civil organizada, tendo como resultado imediato a pactuação do Termo de Compromisso de Marcelândia no Programa Arco Verde Terra Legal.

Pode-se ainda destacar como resultados alcançados a Implantação do SIT – Sistema de Informação Territorial, Elaboração do Plano Diretor e do ZSEE – Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico Participativo de Marcelândia e Elaboração da Legislação Ambiental Municipal com descentralização da gestão ambiental, permitindo a fiscalização e monitoramento das propriedades e atividades poluidoras no próprio município,

Destacam-se ainda como resultados:

Criação de Cooperativa COOPERFAMA – Cooperativa da Agricultura familiar de Marcelândia.

Fortalecimento e estruturação da Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria de Meio Ambiente com aquisição de equipamentos e contrato de pessoal.

Implantação de Projeto de Recuperação de APPds: Projeto Adote uma Nascente com recuperação de 38 nascentes.

Realização de diagnóstico de micro bacias prioritárias para preservação e recuperação ambiental no município.

Elaboração de projetos de recuperação de áreas degradadas e implementação de infra-estrutura (viveiros e profissionais para monitoramento de mudas e sementes florestais).

Implementação de Projetos sócio-ambientais: Qualidade de Vida no Campo: Bacia Leiteira como Fonte de Renda; Valorização do Campo; Reciclagem do Lixo; A Água e o Meio Ambiente; Ambiente Local e a qualidade de vida; Gincana Muvuca de Sementes Florestais; Concurso de Redação “Evite Queimadas, promova a Vida”; Alimentação Saudável, entre outros.

Busca e viabilização de alternativas de produção e geração de renda no município, dentre as quais destacam-se: O fortalecimento da cadeia produtiva do leite com a implantação de laticínio com produção de 4 mil/litros/dia; Implantação de abatedouro municipal de aves, com produção média é de 5.400 frangos abatidos mensalmente; fortalecimento da cadeia produtiva de mel com criação de Associação de Apicultores, capacitação de apicultores e participação em feiras e eventos regionais. A produção de mel no município é de aproximadamente 15 toneladas/ano.

Início da Pavimentação da MT-320 até a BR 163 em parceria com o governo estadual.

Realização de cursos de capacitação nas áreas sociais e ambientais, sendo em média 30 cursos ao ano e Implementação de Sistema de Prevenção e Combate ao Fogo, com ações educativas e formação de Brigada, tendo como resultado imediato a redução de focos de incêndios de 93,27% em relação ao ano de 2007 à 2009. Destacamos que em 2005 foram 2.928 focos, em 2006 foram 2.637 focos, 2007 teve 5.087 focos, em 2008 ocorreram 342 focos e em 2009 correram somente 153 focos. (INPE, 2009).

1 Pedagoga, atualmente é secretária de Meio Ambiente de Marcelândia e coordenadora da Agenda 21 Local.



O Centro de Educação Ambiental e Comunitário-CEAC da Agenda 21 - Macaé/RJ

Paulo Sergio Carvalho de Barcellos

O CEAC - Centro de Educação Ambiental e Comunitária foi criado (deliberado) pelo Fórum Permanente da Agenda 21 – Macaé, no ano de 2007, visando atender as demandas de educação ambiental fomentadas pelos Grupos de Trabalho da Agenda 21 - Macaé. Considerando que o Fórum não é um Órgão executivo, foi então proposta uma parceria com o Programa de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, intitulado: Conhecer para Preservar. A partir deste momento (2008), os projetos do Programa passaram a ser desenvolvidos de forma integrada com o CEAC. Desde então, as atividades realizadas no ano e o Plano de Ação para o ano seguinte são apresentados e deliberados por dois Colegiados distintos, que são: O COMMADS (Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e o Fórum Permanente da Agenda 21 – Macaé). Fica interessante frisar, que alguns dos projetos executados foram criados a partir desta parceria estabelecida, e que a Secretaria de Educação também é uma parceira constante na execução dos Projetos atrelados, bem como outros órgãos públicos e da iniciativa privada.

PROJETOS APROVADOS PARA SEREM DESENVOLVIDOS PELO CEAC NO ANO DE 2010

- Projeto: DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO PONTAL

Na sua 12ª versão em 2010, teve a participação de cerca de 4000 pessoas. Tem como meta apresentar a dinâmica do Rio Macaé e as agressões constatadas na foz do rio, para grupos organizados, principalmente de estudantes e professores de Escolas das Comunidades 'ribeirinhas', envolvidos, principalmente, nos bairros Barra, Nova Holanda, Malvinas, Aeroporto e Botafogo, além de outros Grupos relacionados com esta questão.

Seu objetivo principal é envolver diversos parceiros nas discussões sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Macaé e contribuir no processo de conscientização da população ribeirinha, visando a melhoria da qualidade ambiental, principalmente das Comunidades envolvidas e das Praias que estão localizadas junto à Foz do Rio Macaé. Outros objetivos específicos estão relacionados Serviços oferecidos: atividades educacionais

- Projeto: AGENTE AMBIENTAL

Com estimativa de atendimento/ano de 80 participantes, este Projeto tem como meta realizar curso voltado para apoio na capacitação de futuros Agentes Ambientais para atuarem nas Comunidades. Seu Objetivo principal é apresentar informações básicas sobre temas pertinentes nas questões Socioambientais, buscando apoiar no processo de capacitação dos participantes. São ainda objetivos específicos: apoiar no processo de capacitação dos envolvidos; buscar o fortalecimento do Controle Social, através da participação efetiva das lideranças comunitárias; despertar o interesse dos participantes nas questões ambientais do município; buscar transformar os envolvidos em multiplicadores na busca de melhoria na qualidade de vida; envolver as Comunidades representadas no processo de conscientização ambiental do Município; buscar a divulgação dos princípios da Agenda 21. Atualmente são realizados dois Cursos por ano. Vale destacar a parceria estabelecida atualmente com algumas Entidades e que tem proporcionado sua execução, além do engajamento dos participantes nos Conselhos existentes no Município.

Serviços oferecidos: Capacitação

- Projeto: AGENTE AMBIENTAL JOVEM

Sua estimativa de atendimento por ano são de 100 participantes. Tem como meta realizar curso voltado para apoio na formação de jovens, buscando cidadania e capacitação para atuarem nas suas Comunidades no apoio ao trabalho de Educação Ambiental. Seu objetivo principal é envolver jovens, principalmente em situação de risco, buscando apresentar informações básicas sobre temas pertinentes nas questões Socioambientais. Tem ainda como objetivos: realizar inclusão de jovens das Comunidades do entorno de Áreas de Preservação



Permanente e Unidades de Conservação nas discussões voltadas para a sustentabilidade e vários outros comuns no Projeto Agente Ambiental..

Serviços oferecidos: atividades educacionais / Capacitação

- Projeto: AGENTE AMBIENTAL MIRIM

O projeto de formação dos “Agentes Ambientais Mirins” visa contemplar grupos infantis de áreas de conflitos socioambientais, terá como base o Projeto intitulado “Agente Ambiental”. Seu principal objetivo é apresentar para este público temas pertinentes, visando, desta forma, motivar os envolvidos a atuarem como multiplicadores nas suas comunidades, apoiando o processo de formação dos mesmos, na busca da cidadania e de uma melhor qualidade de vida no nosso município. Tem ainda como objetivos específicos: apoiar os Programas que trabalham Grupos de Jovens e Crianças em situação de risco e apoiar no processo de formação dos envolvidos.

Serviços oferecidos: atividades educacionais / Capacitação

- Projeto: ATITUDE

Com previsão de atendimento de 1500 participantes por ano, este Projeto tem como meta atender demanda espontânea de palestras e sensibilizações voltadas para mudança de atitude do cidadão quanto às questões ambientais. Seu principal objetivo é fomentar a mudança de atitude entre os participantes do Projeto Atitude, visando assim a formação de multiplicadores. Tem ainda como objetivos específicos: apoiar no processo de capacitação dos envolvidos; despertar o interesse dos participantes nas questões ambientais do município; buscar a transformação dos envolvidos em multiplicadores na busca de melhoria na qualidade de vida e o fortalecimento do controle social; comemorar a Semana da Água, a Semana do Meio Ambiente, além de realizar trabalho de inclusão com Grupos especiais.

Serviços oferecidos (2010): Palestras técnicas e sensibilizações em Feiras e Sipa't's, Semana da Água 2010 e Atividades em Escolas.

- Projeto: MARATONA ECOLÓGICA DO PARQUE ATALAIA

Comemorar a Árvore e apresentar o Parque Municipal Atalaia através de atividade “Lúdico-Esportiva”, trabalhando diversos assuntos relevantes ao longo de um roteiro que envolve diversas atividades, é o principal objetivo deste Projeto, que tem uma estimativa de 1000 participantes para o ano de 2010 (novembro). Outros objetivos estão atrelados.

Serviços oferecidos: atividades educacionais

- Projeto: LAGOMAR SOCIOAMBIENTAL

Sensibilizar o maior número possível de munícipes, principalmente das comunidades do Lagomar e Engenho da Praia (entorno do PARNA de Jurubatiba), para as questões pertinentes à esta região é a meta deste Projeto, que tem como principal objetivo apresentar o Parna Jurubatiba para as comunidades do entorno da área do Município de Macaé, além de buscar a eliminação dos pontos de lixo existentes. Outros objetivos estão vinculados, dentre eles: apresentar e divulgar para as comunidades a Unidade de Conservação Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, sua relevância e atividades desenvolvidas; envolver as comunidades no processo de conscientização ambiental do município; desenvolver trabalho em relação às Unidades de Conservação existentes; fomentar parceria com outros órgãos; fomentar trabalho de inclusão com diversos Grupos; integrar as diversas instituições envolvidas na área em questão e desenvolver trabalho em relação ao lixo.

Serviços oferecidos: atividades educacionais

- Projeto: MEU PARCEIRO

Fomentar a parceria entre a Iniciativa Privada e Entidades (Pública e terceiro setor) para o desenvolvimento de atividades de cunho socioambiental voltado para a formação da consciência ecológica nos munícipes é o principal objetivo deste Projeto. Que está atrelado ao Processo de Licenciamento Ambiental, através da Condicionante de Educação Ambiental..

Serviços oferecidos: apoio à Projetos de Educação Ambiental



- Projeto: EXPEDIÇÕES ECOLÓGICAS

Como principal objetivo este projeto visa apresentar as principais áreas de preservação, Unidades de Conservação e outros locais de interesse ambiental, estabelecidos em rotas e trilhas educativas elaboradas pela SEMA. Outros objetivos são considerados, como: apoiar no processo de capacitação dos envolvidos; despertar o interesse dos participantes nas questões ambientais do município; buscar a transformação dos envolvidos em multiplicadores na busca de melhoria na qualidade de vida; divulgar as Unidades de Conservação e outras áreas de interesse ambiental no Município; combater as degradações ambientais e Apoiar o fortalecimento do Controle Social.

Serviços oferecidos: atividades educacionais

Riverton Mussi – Prefeito Municipal de Macaé/ Presidente do Fórum Permanente da Agenda 21 - Macaé

Alda Corral – Secretária Executiva do Fórum Permanente da Agenda 21- Macaé

Endereço: Rua Doutor Télió Barreto, 583 – Centro – Macaé - Tel.: (22) 27721581 E-mail: gtagenda21@macae.rj.gov.br





A História da Agenda 21 de Macaé/RJ

Alda Corral

Desde que começou em Macaé, em janeiro de 1997, a Agenda 21 já vinha tentando buscar o Desenvolvimento Sustentável para atender aos anseios da população. Neste mesmo ano, foi realizado o Primeiro Seminário da Agenda 21 Local, que reuniu a comunidade e os prefeitos dos municípios de Macaé, Carapebus, Rio das Ostras e Conceição do Macabu. Logo depois, foi implantada a Agenda 21 Serrana, que reuniu mais de 500 pessoas e resultou na elaboração de um documento contendo as necessidades locais, posteriormente entregue ao Executivo por uma Comissão Representativa.

Entretanto, naquela época necessitava-se de uma formalização legal. Em 2002, a Lei de nº. 2.198 que criou o Programa da Agenda 21 foi sancionada e isto pode ser considerado uma conquista, mas ainda não era o ideal. Neste mesmo ano, outro decreto do Executivo nomeou uma Comissão Organizadora de 25 (vinte e cinco) pessoas, do Poder Público e da Sociedade Civil, para organizar a instalação do Fórum Permanente da Agenda 21 Local, no âmbito do Município.

A partir daí, uma série de avanços, começaram a deslanchar para concretizar não só o Fórum Permanente, como a Secretaria Executiva. Vejamos:

Realização do Segundo Seminário da Agenda 21, em 2003, no auditório do SESI que reuniu o Ministério do Meio Ambiente, o Poder Executivo e seu Secretariado, sindicalistas, entidades ambientais e a comunidade, através dos Presidentes das Associações de Moradores e muitas outras organizações numa mesma rodada de negociação, tendo como pauta a formulação do estatuto e das novas diretrizes do Fórum Permanente da Agenda21-Local.

Depois, foram criados os 'grupos de sensibilização' formados por vários segmentos que promoveram reuniões nos bairros da cidade. As reuniões itinerantes que geraram Projetos de cunho socioambiental, que foram repassados ao Poder Público, como forma de contribuição.

Outros avanços já ocorreram como: a criação dos primeiros GT's (Grupos de Trabalho ou Grupos Temáticos) com o objetivo de praticar a metodologia recomendada pela Agenda 21- Nacional, que é formular soluções para problemas considerados emergenciais,

Arealização do Curso de Aprimoramento das Questões Socioambientais do Município de Macaé, direcionado a todos os candidatos de todos os Partidos ao pleito Municipal de 2004 e 2008 ao Prefeito e Vereadores eleitos, além dos presidentes das Associações de Moradores. Este curso, único no Brasil na época, recebeu aplausos do Ministério do Meio Ambiente.

Entretanto, o maior avanço aconteceu em 2005, graças ao atual Prefeito Riverton Mussi Ramos, ao assinar o Decreto nº 125/2005 do Poder Executivo instituindo de fato e de direito o Fórum Permanente da Agenda 21 – Macaé, para ser formado por 80 (oitenta) Instituições (Setores econômico e social, do Poder Público e de Organizações Não Governamentais – ONGS como Associações de Moradores, Sindicatos, Clube de Serviços e outros segmentos). Logo depois, a nomeação da Secretaria Executiva. Já em 22 de novembro de 2007, o Fórum Permanente deliberou a nova composição, Tripartite Paritária, onde 21 (vinte e um) representantes do Poder Público, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, 21 (vinte e um) representantes da Sociedade Civil Organizada e 21 (vinte e um) representantes do Empresariado, onde estes tomaram a posse em janeiro de 2008.

A partir da sua constituição legal, a Secretaria Executiva do Fórum Permanente da Agenda 21-Macaé tem trabalhado no sentido de reunir os vários setores da Sociedade Civil Organizada que fazem parte da Grade do Fórum. É preciso citar também que nesta caminhada rumo a sua oficialização, os participantes dos voluntários, na participação dos Grupos Temáticos. A Secretaria Executiva têm participado ativamente em eventos de cunho



social, ambiental e econômico que acontecem no cenário de Macaé, nos Municípios de entorno e no Rio de Janeiro. Tem contribuído com indicações e demandas que se fazem necessárias ao Desenvolvimento Sustentável tão desejado por todos.

O processo em Macaé é considerado avançado em relação a outros Municípios, pois já foram aprovadas várias leis essenciais para o processo de estruturação do Programa da Agenda 21 Local:

* Lei de nº 2.198/2002 – Criou o Programa da Agenda 21 Local de Macaé;

*Decreto de nº. 142/2002 – Nomeou representantes para compor a Comissão Organizadora do Fórum 21;

*Decreto de nº. 125/2005 - Instituiu o Fórum Permanente da Agenda 21 -Macaé;

*Lei Complementar de nº. 063/2005 - Criou cargos em comissão, ligados a estrutura do Gabinete do Executivo, na Administração Municipal.

*Empossada pelo decreto Municipal de nº. 125/2005, a Secretaria Executiva da Agenda 21 – Local, é formada por 1 (uma) Secretária Executiva, 1 (hum) Coordenador de GTs (Grupos de Trabalhos) e por 3 (três) Assessores Adjuntos sendo 1(hum) Assessor Administrativo e 2 (dois) Assessores Técnicos de Projetos.

PROJETOS QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Agenda 21 – Macaé Itinerante

Agenda 21 – Macaé nas Escolas

Oficina de Aprimoramento do Programa da Agenda 21 – Local

O futuro sustentável de Macaé em nossas mãos

Secretaria Executiva do Fórum Permanente da Agenda 21 Macaé

Alda Rodrigues Corral

Assessorias

Márcia Maria da Conceição

Gláucia de Barcelos Viana

Carmelita Reis

Coordenação dos Grupos de Trabalhos (GT's)

Paulo Sérgio Carvalho de Barcellos

Contatos:

Rua Doutor Télió Barreto, 583 Centro

Macaé – Rio de Janeiro

Tels: 22 2772 1559 / 2772 1581

E-mails: agenda21macae@macae.rj.gov.br

agenda21macae@gmail.com



Agenda 21 Vacaria: A Inserção do Tema Ambiental no Processo de Gestão

Dorlei Marcos Cole¹, Maria Doralice Maciel Gil², Marli Borsoi Pereira³

A experiência do município Vacaria-RS nos mostra que a implementação da Agenda 21 Local pode ser um processo permanente de construção de educação ambiental e de cidadania, sem os quais é difícil pensar no delineamento de políticas sérias rumo a um desenvolvimento mais sustentável, bem como numa gestão eficaz para o enfrentamento dos problemas ambientais urbanos e rurais, onde verificamos ser necessária a mudança de valores e hábitos para se refletir numa mudança de comportamento.

Na operacionalização desse processo atuaram em conjunto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Secretaria da Educação, o Fórum Agenda 21 Local, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-CONDEMA, instituições de ensino, pesquisa e extensão, associações, ONGs, entidades tradicionalistas, empresas e os mais diversos órgãos representativos da sociedade civil organizada. Num esforço comum buscamos a organização do Sistema de Gestão Ambiental Municipal e a promoção de sensibilização para atitudes e habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental nas comunidades dos meios rural e urbano, com vistas à preservação e recuperação do meio ambiente, cujos resultados são apresentados a seguir.

A partir de 2005, tomamos a frente nas ações de mobilização social para preservação dos recursos naturais em nível local, num conjunto de instrumentos de gestão que resultaram na organização de leis que regem a política municipal de meio ambiente. Como exemplo, dentre outras, temos a Lei que institui o Plano Diretor, a que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, outra que cria o CONDEMA, a que trata sobre a Proteção da Bacia de Captação do Arroio da Chácara, a que dispõe sobre a Utilização de Sacolas Oxibiodegradáveis na Administração Pública Municipal, bem como a Lei que institui o Programa e cria o Fórum Agenda 21 de Vacaria.

Em termos práticos, implantamos o Programa de Manejo Integrado de Resíduos Sólidos no ano de 2005. Como parte disso, criamos duas Associações de Recicladores e instalamos a coleta seletiva, que atualmente atinge 17% do volume de lixo recolhido no centro da cidade e 9% nos bairros, além de atender também as comunidades do meio rural. As duas Associações de Recicladores são compostas por 26 famílias, que mensalmente obtém uma renda do material recolhido pela coleta seletiva de aproximadamente R\$ 600,00 reais. Sendo assim, conseguimos imprimir dupla funcionalidade para este programa, pois além de ser uma ação de caráter ambiental possui um viés de inclusão social, gerando emprego, renda e o exercício da cidadania.

Para o aproveitamento de resíduos orgânicos, distribuimos para a população cerca de 450 composteiras, a “composteira domiciliar contínua”, visando a realização da compostagem e o incentivo para a construção de hortas e jardins nos espaços não edificadas dos domicílios.

Com o Projeto “Bote pilha nesta ideia”, iniciado em 2007, implantamos 100 postos de coleta de pilhas e baterias em escolas, supermercados e comércio em geral, a fim de minimizar os impactos negativos ocasionados pelo descarte inadequado desses materiais, resultando na coleta de 6 toneladas. Através do Centro Regional de Coleta de Pneus Inservíveis, encaminhamos para reciclagem cerca de 180 toneladas de pneus, beneficiando 12 municípios da região.

O projeto Levantamento da Biodiversidade de Borboletas e de Coleópteros em Ecossistemas Nativos na Região de Vacaria aconteceu no período de 2006 a 2008, cujo resultado foi a coleta de 1.655 exemplares de diferentes espécies. Utilizamos os resultados obtidos nesta pesquisa para o planejamento de ações de ecoturismo e educação ambiental e para avaliação do impacto ambiental causado por ações antrópicas.

Através do PROPEVA – Programa Permanente de Educação Ambiental de Vacaria, verificamos o incremento do número de estudantes atendidos pelas ações em Educação Ambiental no período de setembro de 2005 à março de 2010, onde mais de 10 mil alunos dos ensinos fundamental, médio e superior de Vacaria foram atendidos.



Representamos o município de Vacaria no Seminário Nacional de Resíduos Sólidos (Caxias do Sul, outubro/2007), quando publicamos os trabalhos Lixo Limpo, Bote Pilha nesta Ideia e Coleta Seletiva. Apresentamos os projetos Lixo-Limpo e Horta na Escola no IV Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, III Colóquio de Pesquisa em Educação Ambiental da Região Sul e I Fórum Estadual Sobre Conservação e Uso Sustentável da Água (Erechim, setembro/2007). Participamos do estande da empresa Centronor durante a 3ª Edição da FIEMA BRASIL (Bento Gonçalves, outubro/2008) e o PROPEVA recebeu o prêmio Cidadão AMUCSER/2009 no concurso da Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra.

Pela primeira vez, contamos com representante da Escola Municipal General Osório na delegação gaúcha para a III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente que aconteceu em 2009, onde apresentamos a Responsabilidade “Conscientização na Redução do Lixo”. Registramos a trajetória de ascensão em Educação Ambiental de Vacaria, no Livro “Demonstre seu Amor por Vacaria”, editado pela Prefeitura Municipal em dezembro de 2008.

Nos últimos dois anos proporcionamos atividades pedagógicas de Educação Ambiental para mais de 5 mil alunos da rede municipal, estadual e particular de ensino do município, através dos projetos Meio Ambiente, Educação e Sustentabilidade e PREVE-Projeto de Recuperação da Vida Vegetal, desenvolvendo atividades de reposição da mata ciliar nas nascentes ao longo da Br 116, visitas orientadas à barragem e Estação de Tratamento de Água, implantação de cortinamento vegetal no Aterro Sanitário Municipal, criação de peças teatrais, trilhas na mata, acompanhamento do trabalho na Central de Recebimento de Embalagens de Agrotóxicos e nos pomares do município, (Embrapa e Rasip).

Mais de 3 mil pessoas do meio urbano e rural do município já assistiram palestras de orientação sobre o uso dos recursos naturais, coleta seletiva, compostagem, mata ciliar, APPs, reserva legal, utilização de agrotóxicos e mudanças climáticas.

Durante a Semana Municipal do Meio Ambiente realizamos o Simpósio Regional de Iniciativas Ambientais, já na 5ª edição. Este ano também tivemos o privilégio de sediar o 4º Encontro da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais/RS, que atingiu um público de mais de 3.500 pessoas, inscritas nas mais diversas atividades propostas durante o evento, que envolveu cerca de 40 municípios do Estado. Na oportunidade elaboramos a Carta de Vacaria, documento de intenções, legitimado com a participação social. No evento distribuimos aos participantes mais de mil sacolas retornáveis, visando a minimização da utilização de sacolas plásticas.

Nos últimos dois anos produzimos mais de 30 mil mudas de plantas nativas no Viveiro Municipal, das quais 8 mil foram distribuídas gratuitamente para a comunidade nas campanhas de educação ambiental.

Frente ao alcance das ações propostas, verificamos que os resultados não se resumem simplesmente na perspectiva teórica, mas já alcançamos resultados que vem modificando positivamente o comportamento social. Com isso, sob a perspectiva de que a Agenda 21 Local é um processo de construção conjunta governo-cidadão, pretendemos estimular ainda mais a participação popular e integrar os diversos segmentos da sociedade civil organizada, articulando as áreas de planejamento, saúde, educação, habitação, desenvolvimento, entre outras, a fim de facilitar a implementação de ações baseadas nas propostas da Agenda 21. Também visamos ampliar a oferta de ações, otimizar os recursos disponíveis, fortalecer parcerias e estimular novas ações conjuntas e eventos, de modo a assegurar a efetiva troca de opiniões e experiências entre a população em geral e o Poder Público. Esperamos, portanto, contribuir para a construção e resgate de valores culturais, éticos de harmonia e o respeito no convívio entre as pessoas e destas para com o ambiente onde vivem.

1 Engenheiro Agrônomo (UFPel), Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

2 Especialista em Educação Ambiental (IAESB/FASB) e Pós-graduada em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional(UERGS), Coordenadora do Fórum Agenda 21 Vacaria-RS.

3 Bióloga (UNISC/RS), Especialista em Educação Ambiental e Sanitária (FIA/SP), Pós-graduada em Gestão Escolar (IDEAU/RS), Coordenadora do Setor de Educação Ambiental do Departamento Municipal de Meio Ambiente.



Agenda 21 Local Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André/SP: novos caminhos em busca da efetivação de políticas integradas de governo

Carolina Estefano*

Por suas particularidades patrimoniais riquíssimas (cultural, natural e humana) optou-se realizar Agenda 21 Local - A21L - na Vila Ferroviária de Paranapiacaba, distrito pertencente ao município de Santo André. Entre suas riquezas socioambientais, constam: Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba, Parque Estadual da Serra do Mar e zona-núcleo da Reserva da Biosfera-Unesco (formados por floresta ombrófila densa) e Museu do Funicular sob instrumentos legais de proteção, além de sofrer um desgaste condicionado ao tempo e a ações antrópicas, perdendo sua identidade original, daí a importância da A21L, na promoção da relação topofílica e valorização da memória histórica.

A metodologia inicial compreendeu, no ano de 2009/2010, a Oficina do Futuro (elaborada pelo Instituto Ecoar para a Cidadania), adaptada de acordo com a demanda encontrada. As Pedras no Caminho e as Folhas da Árvore dos Sonhos foram o instrumento lúdico de trabalho, além de conversas mais esclarecedoras e intimistas, que remeteram ao passado, presente e futuro. Dessa forma, estreitaram-se laços (e os resultados são cobrados a cada visita à Vila) que corroboraram para bons resultados, além da abordagem individual, que resultou em respostas mais incisivas e representativas da realidade. Os temas escolhidos e pertinentes à dinâmica local foram pautados na qualidade de vida que se almeja alcançar e são diretrizes para a sustentabilidade da própria comunidade e do fomento do turismo, fonte de renda exclusiva; são eles: Saúde Pública, Segurança, Educação, Lazer, Meio Ambiente, Gestão da Vila e Unidade de Conservação, Crianças-jovens e idosos, Cultura, Transporte, Prestação de Serviços, Identidade (Memória histórica e cultural) e Intervenção Externa (turismo).

Sabe-se que A21 é um processo construído no coletivo, mas as peculiaridades locais estagnaram o mesmo, no que se decidiu por não esperarmos por pessoas em reuniões, após tentativas. Decidiu-se pela individualidade nesse primeiro momento, para aceleração na coleta de dados. Foram contemplados todos os setores da comunidade, exceto Poder Público. Os próximos passos serão realizados no coletivo, como será descrito posteriormente.

Os dados coletados podem parecer, em um primeiro momento, simplistas; porém, apontam a realidade local: idéias simples e, mais, ações simples, dependentes de bom-senso e vontade de realização. As mesmas, interconectadas, resolveriam boa parte dos problemas. Nota-se a carência de cuidados básicos e bom atendimento por parte do Poder Público, mas também, críticas demasiadas e falta de efetiva participação popular em questões públicas, ou ao menos, tentativas de agrupamento para conversas da comunidade com o governo. Dados se repetiram, houve idéias inusitadas, mas, algumas não exequíveis, porém representativas de sonhos, que devem ser amadurecidos, afinal, revelam sonhos por melhoras.

A A21L de Paranapiacaba, como é conhecida, tem a pretensão de divulgar o turismo cultural, ecológico e fomentar a economia, conseqüentemente, pois sabemos das dificuldades encontradas. Por meio de sites de relacionamento e fóruns eletrônicos divulgam-se as festividades do calendário anual, incluindo, entre elas: Festival de Inverno, Convenção de Bruxas e Magos, Festival do Cambuci (fruto típico regional), Encontro dos ex-ferroviários, Cine Curta Neblina e Feira de Oratórios e Presépios, que visam perpetuar a memória e promover a Vila.

Busca-se também, encontrar e aperfeiçoar uma metodologia adequada para a realização de uma A21L com resultados satisfatórios, de acordo com o ambiente disponível e que sirva de exemplo bem sucedido a outros processos em andamento. Iniciamos com dados preliminares e significativos, expondo-os em um centro de estudos. Aproveitou-se o Festival de Inverno, festa que promove economicamente a Vila e elaborou-se uma exposição lúdica, em que os sonhos de forma sucinta estão expostos na Árvore dos Sonhos e os visitantes podem contribuir com sonhos próprios, e colocá-los na Árvore. Dessa forma, ao final, reuniremos opiniões diversas, de moradores e turistas.



Conjuntamente, uma exposição fotográfica para aguçar os sentidos e vontade de visitar a Vila e a Unidade de Conservação. Outras formas de divulgação e continuação do processo estão em andamento: Cine-clubes e posterior discussão socioambiental com a comunidade local e escolar, condizente com problemáticas locais; sarau em prol da memória, com exposição fotográfica; caminhada filosófica com vivência mítica e valorização da topofilia.

A segunda etapa, como já mencionado, consistirá na construção coletiva, reunindo lideranças locais e empreendedores em um dos símbolos locais: o Pau-da-Missa, árvore que em épocas antigas, era como um mural de recados da Vila. Além de representar a Árvore dos Sonhos, permitirá relembrar o espaço como sendo importante para a comunidade e que deve ser preservado.

A partir desse encontro será elaborado o Plano Diagnóstico (6 passos do Ministério do Meio Ambiente para a A21L) a ser entregue ao atual governo. Pretende-se entregá-lo também ao próximo governo, já que esse instrumento é atemporal (claro, alterações poderão ser necessárias!) e versões impressas serão deixadas em empreendimentos, para alcance de toda a população. Ao final, a versão impressa da A21L formalizará o processo e guiará a efetivação das ações.

Além disso, está em andamento a criação de um Blog para compartilhar e divulgar desde as pequenas até as grandes ações que ocorrem na Vila, de todos os setores envolvidos. Participamos também da Rede Brasileira de Agendas21 Locais (<http://rebal21.ning.com/group/agenda21localvilaferroviariadeparanapiacabasantoand>), fizemos um pequeno vídeo institucional, postado no site 'Youtube' (<http://www.youtube.com/watch?v=KLW9yq2fSkc>) e temos nosso grupo (http://br.groups.yahoo.com/group/forum_agenda21_paranapiacaba/).

Esperamos contribuir na implantação de ações pensadas pela comunidade, que é a maior receptora de melhorias locais. Colaborar para uma Cultura de Paz e implementação de políticas de governo pautadas na dinâmica local e integração é a intenção da A21L de Paranapiacaba.

Um encontro necessário...

“De onde se avista o mar*
Jovens se reuniram
Para um Encontro Necessário
Debater e planejar
Questões socioambientais
Em meio a neblina, emoções,
Chuva, Sol, arco-íris e Lua...
Momentos registrados em fotos,
Vídeos, mentes e corações!
Coincidências...Sincronicidade presente!
Terra, ar, fogo e água
Os 4 elementos interagindo em nossas vidas!
...Sinalizando a presença mágica de algo maior...
A semente foi plantada e cuidada...
...e seus frutos serão o nosso amanhã!”
*De onde se avista o mar = Paranapiacaba

Carolina Estéfano
(16/10/08)

* Bióloga e Educadora Socioambiental. Participa das Redes de Agenda 21 do Grande ABC/SP: Local e Estadual na Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André e na Agenda 21 Local de Mauá. Idealizou e coordenou o Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Grande ABC/SP.



Agenda 21 Infantil como resultado da capilarização da Agenda 21 Local: A experiência do Município de Foz do Iguaçu/PR

Ângela Luzia Borges de Meira¹, Iracema Maria Cerutti², Maria Aparecida de Oliveira³, Rosani Borba⁴, Roseli Bernardete Dahlem⁵

A ideia de que é necessário um esforço comum, planetário, para corrigir os rumos do modelo de desenvolvimento se firmou no cenário político mundial de forma irreversível. Não há como afirmar que o desenvolvimento vigente no mundo globalizado possa ser chamado de sustentável com o atual panorama de concentração de poder econômico, de renda, especulação financeira, uso irracional dos recursos naturais, poluição e impactos ambientais, que em escala global, causam fenômenos climáticos devastadores. Neste contexto a Agenda 21 insere-se como um bom caminho a ser seguido. Documento consensuado por 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio 92, reúne um conjunto amplo de diretrizes e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e deflagra programas de sustentabilidade, inserindo a questão ambiental na matriz do desenvolvimento. Diante desse panorama todos os esforços a nível federal, estadual e municipal são importantes.

Em Foz do Iguaçu a construção da Agenda 21 Local teve início no mês de agosto de 2005, a partir da mobilização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Obras - SMMAO, Secretaria Extraordinária Rio+15. Em março de 2006, se deu a instalação do Fórum da Agenda 21 Local, composto por representantes de secretarias municipais, órgãos estaduais e federais, instituições de ensino e representantes de diferentes formas de organização, como associações, cooperativas, sindicatos e outros, que são responsáveis por articular os momentos com a comunidade.

Para o ano de 2006, o Fórum da Agenda 21 Local proporcionou aos seus membros, momentos de formação para os temas escolhidos, bem como de identificação e fortalecimento de metodologias. No ano de 2007, com o uso da metodologia das Oficinas do Futuro, o Fórum da Agenda 21 Local realizou encontros públicos para os quais foi convidada a população em geral para dialogarem e levantarem propostas dentro dos temas considerados básicos para o município, que são: • Gestão dos Recursos Naturais, • Agricultura Sustentável, • Cidades Sustentáveis e Infra-estrutura, • Redução das Desigualdades Sociais, • Turismo Sustentável. Em 2008 o fórum permanente da Agenda 21 municipal continuou o seu processo de formação e sistematizou as propostas levantadas nos grupos temáticos. Algumas das propostas foram encaminhadas à Câmara de vereadores e aprovadas.

A partir de 2009 surge um movimento de capilarização das propostas da AG21 Local para o ensino formal, isso se deu pela equipe de educação ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que percebeu a necessidade em definir um programa que contemplasse as várias vertentes socioambientais, com isso pudesse integrar ações que já eram realizadas, porém de forma fragmentada e em especial empoderar a comunidade escolar, composta pelos profissionais dos Centros de Educação Infantil – CMEIs, pais e o Departamento de Educação Infantil, sobre as questões socioambientais presentes na AG21.

Paralelo a isso, acontecia um movimento de readequação na educação municipal, que passava a assumir a educação infantil nas suas diretrizes. O momento exigia que a educação infantil se organizasse para preparar o Projeto Político Pedagógico, ou PPP, sendo assim era momento ideal para a construção de uma proposta que compreendesse as questões socioambientais. Um ponto forte para a concretização da proposta foi a participação da Secretaria Municipal da Educação – SMED através do Departamento de Educação Infantil. Através da parceria entre as secretarias do meio ambiente e educação foi iniciado o planejamento para a construção da AG21 escolar, na perspectiva de ir além da formação de cidadãos para o futuro, mas trabalhando com ações de enfrentamento para o tempo presente na busca de novos comportamentos e atitudes por meio de uma formação integral do indivíduo com seu meio.

Em fevereiro de 2009 foi criado um roteiro de trabalho onde cada CMEI seria visitado pela equipe de EA e da Educação Infantil. Em cada um foram realizadas as oficinas do futuro, uma metodologia onde todos, servidores e pais, têm oportunidade de expressar suas dificuldades, sonhos e possibilidades relacionados à vida do Centro e seu entorno. Para dar agilidade ao processo formou-se o Fórum Permanente da AG21 Infantil, composto por 02 representantes de cada centro, sendo um servidor e um pai, que se reúnem conforme cronograma estabelecido



por eles para socializar a caminhada de cada centro e participar de momentos de formação continuada, com temas sugeridos pelo próprio grupo.

As informações obtidas nas oficinas serviram de base para o PPP e a criação da AG21 infantil de cada CMEI, documentos que se somam e caminham para constituição de um único. Com as informações sistematizadas foi possível perceber 04 eixos que mais se referem às questões de educação socioambiental, que são: consumo consciente e coleta seletiva, alimentação saudável – horta orgânica e cozinha alternativa, produção de materiais lúdicos e pedagógicos e relacionamento - servidores, pais e comunidade.

Até este momento a grande maioria dos Centros mostrava-se insegura quanto à efetividade do trabalho que vinha sendo construído, constituindo uma das maiores dificuldades do programa. Com isso, percebeu-se a necessidade de uma nova etapa no trabalho: a de subsidiar os Centros de acordo com o tema de maior interesse e/ou necessidade.

Para tanto era necessário contar com maiores recursos, tanto financeiros quanto humanos. Foi quando houve o contato com o Coletivo Educador da BP3 para socializar o que já havia sido realizado, com objetivo de agregar ao trabalho os educadores ambientais do Programa de Formação de Educadores Ambientais - FEA, chamados PAP3. Além disso, houve a inédita possibilidade de financiamento de projetos socioambientais, numa iniciativa da Itaipu Binacional. Então toda a experiência foi transformada no projeto aos moldes do edital, aprovado no final de 2009. A partir de então, o trabalho com os temas foi ampliado e os Centros estão sendo atendidos e envolvidos nos temas de acordo com a necessidade apresentada anteriormente. Essa etapa iniciou a partir de abril de 2010 e vem acontecendo na forma de oficinas e encontros individuais nos Centros, conforme a organização e possibilidade da equipe que coordena o programa e dos próprios Centros. Além disso, 10 educadoras (es) dos Centros integraram o programa FEA e vêm participando dos momentos de formação.

Ao longo destes 18 meses de trabalho foi possível perceber inúmeros avanços tais como:

- Maior envolvimento das pessoas nos trabalhos nos Centros;
- Iniciativas para a resolução de problemas;
- Interesse e participação em ações e eventos sociambientais;
- Preocupação e inserção de questões socioambientais nos trabalhos pedagógicos;
- Oportunidade de incluir os educadores infantis nos momentos de formação oferecidos na região;
- Maior reconhecimento do trabalho, tanto da equipe de EA da SMMAO quanto da equipe do Departamento de Educação Infantil da SMED;
- Maior comprometimento dos pais com relação aos trabalhos nos Centros e em tomadas de decisão na comunidade.

O desafio não está terminado, além de continuar gerenciando todo o programa, que graças aos Centros e suas pessoas, vem sendo implementado e que por vezes nem é possível de ser acompanhado, há duas metas que vêm sendo perseguidas, um momento de socializar toda a caminhada com a sociedade, através de uma mostra, onde cada Centro possa apresentar o seu trabalho, sua agenda 21 e a organização um livro, registrando essa construção coletiva.

Palavras-chave: Agenda 21 escolar; Sustentabilidade; Educação Ambiental, construção coletiva.

1 Educadora Ambiental da Secretaria Municipal do meio Ambiente e Obras de Foz do Iguaçu e Gestora de Educação Ambiental de Foz do Iguaçu (parceria PMFI e ITAIPU Binacional).

2 Educadora Ambiental da Secretaria Municipal do meio Ambiente e Obras de Foz do Iguaçu, membro do colegiado nacional da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais REBAL, articulação Sule Gestora de Educação Ambiental de Foz do Iguaçu (parceria PMFI e ITAIPU Binacional).

3 Diretora do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação e Gestora de Educação Ambiental de Foz do Iguaçu (parceria PMFI e ITAIPU Binacional).

4 Educadora Ambiental da Secretaria Municipal do meio Ambiente e Obras de Foz do Iguaçu, professora de EA da Faculdade Anglo-Americano e Gestora de Educação Ambiental de Foz do Iguaçu (parceria PMFI e ITAIPU Binacional)

5 Professora do Instituto Federal do Paraná e Educadora Ambiental.



AGENDA 21 Santo Amaro/SP

Flavia Maria Costa Trigo de Loureiro¹, Sonia Mayumi Nakano Felipone²

A princípio, agradecemos a tod@s que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste texto, a fim de promover a divulgação e o fomento da continuidade da implementação da Agenda 21 de forma significativa, em todas as realidades socioambientais. De cada pequena ação alcançou-se grandes conquistas. O Processo da Agenda 21 SP/Sul, conseqüentemente, de Santo Amaro iniciou-se na Casa de Cultura de Santo Amaro com a realização do Fórum de Cultura de Santo Amaro em comemoração ao “Mês do Meio Ambiente”, ano de 2005 com o apoio da: Subprefeitura de Santo Amaro, Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social - CASD de Santo Amaro e Casa de Cultura de Santo Amaro. Foram abordados temas de relevante importância, como o lançamento da “Construção da Agenda 21 Local”, Visão Sistêmica da Água; Paisagem Urbana; e Cultura e Meio Ambiente. Este evento contou com a participação de vários atores locais: autoridades e representantes do poder público (da Subprefeitura de Santo Amaro, da SVMA e do Ministério da Cultura), como também de entidades (entre eles, Ciranda e Núcleo dos Amigos do Brooklin), a Rede das Agendas 21SP, lideranças comunitárias, moradores, trabalhadores, estudantes e empresários.

A implantação a Agenda 21 Local da Subprefeitura de Santo Amaro, ocorreu em reuniões que se seguiram oficialmente a partir de agosto, para esclarecimento sobre os trabalhos da Agenda 21 Local, como também, a apresentação de propostas e experiências, visto que várias associações de moradores/trabalhadores já participavam da Agenda 21 SP/Sul, tanto na Subprefeitura de Santo Amaro, como também na Associação Comercial de São Paulo Distrital Santo Amaro, no SENAC Santo Amaro, no SESC Santo Amaro, no CIESP Sul, nas Faculdades, Bibliotecas, entre outros, constituindo o Fórum da Agenda 21 Local da Subprefeitura de Santo Amaro. Entre as propostas, houve a realização da Feira Biodinâmica, inaugurada em abril de 2006, coordenada pela Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, em parceria com a Associação Brasileira de Medicina Antroposófica Rudolf Steiner tendo apoio da Subprefeitura Santo Amaro. De acordo com os produtores que comercializam seus produtos diretamente na feira, são cerca de 100 consumidores que freqüentam o local às quintas-feiras. Sendo a primeira e única a trabalhar com produtos biodinâmicos, diferentemente, de orgânicos, no município de São Paulo. Os clientes apresentam atitudes de consciência ambiental: vão com suas sacolas de pano e destinam o óleo de cozinha usado ao fabrico de sabão.

A feira envolve 50 produtores atualmente. Houve também a ATITUDE 21, título que a Subprefeitura Santo Amaro está dando ao programa de comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, organizado pela Casa de Cultura de Santo Amaro e pela Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social - CASD Santo Amaro, com o objetivo de, através de atividades com escolas e casas de cultura, dar continuidade à conscientização da importância da preservação do meio ambiente, um dia inteiro de ações ambientais no Parque Severo Gomes (trilha monitorada, caminhadas, oficina de criatividade, teatro, capoeirano, Escotismo, palestras (Agenda 21, Calendário da Paz e Bio Construção, Cidadania e Diferenças).

No mesmo ano, a reunião da Rede Social São Paulo, promovido pela Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social - CASD de Santo Amaro, contou com a participação especial de representantes da Agenda 21 que lhes apresentou os princípios sobre a Agenda 21; Desta forma foram propostos e implementados vários projetos, tais como: Centrais de Triagem através de Cooperativas de Coleta Seletiva/Coleta Seletiva/Arborização, Questão da Água da Região, Piscinão, Resgate da Cultura Portuguesa na Chácara Santo Antonio, Ações de Educação Ambiental e Conscientização, Agenda 21 Escolar, Centro de Cidadania da Mulher de Santo Amaro, SESC SA (Evento Saúde e Meio ambiente), entre outros. Logo, pensarmos em um fórum socioambiental local de forma a canalizar os esforços visando o Desenvolvimento Sustentável, Educacional, Social, Ambiental e Cultural da Região de Santo Amaro da Cidade de São Paulo, mostrando que na rede participa tanto pessoas/entidades/empresas/redes que tratam tanto da questão social como também da ambiental, respeitando a autonomia de cada um. Surgindo desta união a Rede Socioambiental de Santo Amaro, oficializando no fim de 2007 o Fórum com pessoas que trabalham ou moram na região para a implementação dos Projetos Socioambientais e Culturais de Santo Amaro. Sendo criado também, grupo virtual para facilitar



a comunicação, tanto de atividades (preparativos de reuniões presenciais/virtuais, troca de eventos, notícias, outras atividades,...), preferencialmente divulgando as ações da região, recebe também de outros locais da Cidade, e fora deste. Criar um blog Nas reuniões que se seguiram houve vários assuntos, ao quais o Fórum da Agenda 21 Santo Amaro apóia junto aos seus parceiros, como o Abraço do Guarapiranga – atualmente em sua 5ª edição, reunindo cerca de seis mil pessoas em três diferentes pontos do manancial, na zona sul da capital paulista - Região de Capela do Socorro, Região de M'Boi Mirim e Região de Parelheiros.

Em julho de 2007 é inaugurado o Centro de Cidadania da Mulher de Santo Amaro – CCM SA, quinto equipamento desse tipo, fruto de parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Coordenadoria da Mulher, da Secretaria Especial para Participação e Parceria (SEPP), e a União Européia, através do Programa URB-AL de luta contra a pobreza urbana. Chegando a atender inicialmente, mais de 600 mulheres por mês. Encerrado o ano de 2007, com apenas 06 meses de funcionamento, o CCM SA já era reconhecido como um serviço de referência para o atendimento à mulher na região sul. Em 2009 formou o primeiro grupo de Mulheres Jardineiras – AMUJA, chegando a cuidar da Praça Dona Benta, com a parceria do comércio local - reportagem “Praça Dona Benta: mais cores”, e uma entrevista “Mulheres jardineiras buscam espaço no mercado”, descrevendo a história e o trabalho, na Rede Mobilizadores COEP.

Em 2008, houve as eleições dos Conselhos de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz na Macro Sul - Jabaquara, Cidade Ademar, Santo Amaro, M'Boi Mirim, Campo Limpo, Capela do Socorro e Parelheiros; donde o Fórum da Agenda 21 Santo Amaro é a anfitriã, com base na Portaria Intersectorial nº 05/SVMA/SMS/SEPP/SEME/2007 e posteriormente, da Lei Municipal nº 14.887/2009, acontecendo simultaneamente ao II Encontro das Agendas 21 Locais Macro Sul. Também com palestras e criação de propostas – Carta do II Encontro. Tendo a posse dos conselheiros ocorrendo em agosto na Prefeitura Finalizando o ano com o I Encontro dos Fóruns de Agenda 21 do Município de São Paulo e CADES Regionais na Câmara Municipal de São Paulo. Em 2009, trabalhando conjuntamente o Fórum de Agenda 21 Santo Amaro com o CADES SA, tendo cada uma sua reunião mensal, possibilitou uma melhor interação, tratando de temas importantes para a região como: PDR Plano Diretor Regional, Resíduos Sólidos/Coleta Seletiva,

Arborização/Áreas Verdes/Parques, Áreas Contaminadas, entre elas, Nuclemon (material radioativo), Violência, Metrô - Chegada e impacto em Santo Amaro, implantar a questão das A3P na Subprefeitura de SA; Sala Verde, Cooperativa de Catadores Granja Julieta, a junção da Rede Social Santo Amaro, Escolas Sustentáveis, a participação da Rede Social Economia Solidária.. Membros do CADES SA também tiveram atuação dos preparativos para a Conferência Municipal da Saúde Ambiental, garantindo a participação dos fóruns de Agenda 21 da Cidade e dos Conselheiros, defendendo a saúde e o bem estar, o princípio da precaução e o desenvolvimento humano.

Participando tanto da etapa Municipal como da Estadual de São Paulo. Tendo ainda, por escolha dos membros da Macro Sul, representante na etapa Nacional; colocando a Agenda 21 como Diretriz. Ainda em 2009, o CADES SA promoveu a discussão sobre a necessidade, proposta de criação e apresentação de Carta de Princípios dos CADES Regionais e Agendas 21 da Macro Sul, podendo ser extensivo as demais regiões, com o intuito de aprimorar os trabalhos e a boa convivência saudável. Em 2010 foi sugerido e acatado que o Fórum da Agenda 21 e o CADES Santo Amaro se tornem comitês da ODMs – Nós Podemos São Paulo, considerando que os mesmos já desenvolvem trabalhos locais, vindo de encontro aos capítulos da Agenda 21 e os Objetivos do Milênio. Outros temas tratados: Projeto Sala Verde, Escolas Sustentáveis / Agenda 21 na Escola/COM-VIDA, Projeto de melhoria socioambiental com foco na coleta seletiva, em parceria com a ACSP Distrito Santo Amaro, re-implantação da A3P - o comitê do 5S e o GES Pública. As atividades mais recentes foram Agenda 21 e Santo Amaro: A bota da vez!, realizada em maio pelo CADES SA em conjunto com o Fórum de Agenda 21 SA, contando com a participação de quase 150 pessoas dos 3 setores. Também tivemos a apresentação das “Ações Socioambientais Bem-Sucedidas em Santo Amaro”, dentre eles, a apresentação de Nivaldo Prado Gonçalves, sobre a Poda racional de árvores e aproveitamento de resíduos (Público), Projeto de coleta seletiva em Santo Amaro (Privado) e Experiência da Ciranda (3º Setor).

1 Coordenadora do Núcleo dos Amigos do Brooklin, Colaboradora da Sociedade Civil do Fórum da Agenda 21 Santo Amaro, em especial nas áreas de Comunicação e Documentação; e integrante da Rede Mobilizadores COEP.

2 Coordenadora Geral dos Trabalhos do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura de Santo Amaro (segundo o Regimento Interno do CADES SA), Terapeuta Ocupacional e integrante da Equipe Técnica do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Santo Amaro da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.



Agenda 21 MBoiMirim/SP

Nina Orlow

Mesmo antes de 2005, já havia iniciativas de grupo intersecretarial na Subprefeitura, GTA, atuando com questões socioambientais e em 2007 contava com 10 Pólos de Desenvolvimento Local, principalmente por encontrar-se na área do Manancial, grande parte invadida por moradias. Porém foi só em 2005 que através da iniciativa da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e da Rede das Agendas 21 de São Paulo a Subprefeitura assumiu o compromisso de integrar um fórum participativo da Agenda 21 Local, com técnicos da Subprefeitura e representantes de entidades locais e ministrado um curso sobre meio ambiente e preservação socioambiental.

Na outra etapa foi feito um mapeamento das iniciativas socioambientais que havia na região, e em seguida um Encontro envolvendo várias Secretarias, lideranças comunitárias, representantes de movimentos de moradia, conselheiros da saúde, representantes de ONGs e associações, com exposição dos trabalhos desenvolvidos, painéis, apresentações das instituições/entidades para que se conheçam e busquem desenvolver atividades integradas, cooperativas e solidárias.

Foi feito um diagnóstico participativo, liderado pelo Núcleo Descentralizado Sul, da SVMA.

Para complementar as informações dos participantes, foi feita palestra sobre o Plano diretor, sobre o GEO Cidades, o Atlas Ambiental, e convidado o Movimento Nossa São Paulo para discorrer sobre a importância do orçamento e das metas e indicadores para acompanhamento das ações. Também foi convidada representante do Ministério do Meio Ambiente para tratar sobre fóruns da juventude e o processo participativo na construção de política pública socioambiental. A participação do Fórum da Agenda 21 do M'Boi Mirim nos Encontros da Macro Sul, foi de grande importância no fortalecimento das propostas.

O Conselho de Meio Ambiente, Desenvolvimento sustentável e Cultura de Paz, CADES M'Boi, eleito em 2007, não conseguiu se firmar e terá sua renovação em 2010. No II Encontro das Agendas 21 Macro sul, foi criada a rede de diálogo virtual [rede_agenda21_mboimirim@yahoo.com.br](mailto:redagenda21mboimirim@yahoo.com.br) e foi aprovada pelos participantes proposta de criação do pólo de Agenda 21 do Jardim Aracati/ Parque do Lago/ Cidade Ipava. Essa região, localizada ao sul quase na divisa de município, com acesso através de ponte sobre um braço da Represa do Guarapiranga, distante da sede da Subprefeitura do M'Boi Mirim, tomou muito mais fôlego. O grupo, mais unido pela problemática local, iniciou projetos e ações de valorização da comunidade local, propondo soluções para a questão do descarte irregular de resíduos, a questão do esgoto, das ocupações e da regularização fundiária, plantio de árvores e manutenção e valorização das existentes, como o projeto de resgate histórico da preservação da praça Santa Cruz, da Cidade Ipava, cuidada inicialmente por um morador e homenageado pela comunidade.

A comunidade também firmou parceria com o Projeto Plataformas Urbanas da Unicef, o que contribuiu também para desenvolver o foco nas propostas para melhoria da qualidade de vida de crianças e jovens, que sofrem com a falta de vagas nas escolas, falta de lazer, esporte, etc. Outro projeto em final de execução é o reaproveitamento do entulho para construção de calçada ecológica em mutirão. O exemplo foi a melhor divulgação da importância do enfoque social, ambiental e econômico.

Outro projeto aprovado, ainda a ser iniciado, é uma pintura de muro com a divulgação dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que será feito alternando com reuniões para diálogo sobre a situação dos indicadores das 18 Metas definidas nos ODM e a construção de políticas públicas e integração da comunidade para o alcance e superação das Metas.

Informações adicionais podem ser obtidas no site <http://www.redeagenda21sp.com.br/mboimirim>





Agenda 21 Vacaria/RS: A Inserção do Tema Ambiental no Processo de Gestão

Dorlei Marcos Cole¹, Maria Doralice Maciel Gil², Marli Borsoi Pereira³

A experiência do município Vacaria-RS nos mostra que a implementação da Agenda 21 Local pode ser um processo permanente de construção de educação ambiental e de cidadania, sem os quais é difícil pensar no delineamento de políticas sérias rumo a um desenvolvimento mais sustentável, bem como numa gestão eficaz para o enfrentamento dos problemas ambientais urbanos e rurais, onde verificamos ser necessária a mudança de valores e hábitos para se refletir numa mudança de comportamento.

Na operacionalização desse processo atuaram em conjunto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Secretaria da Educação, o Fórum Agenda 21 Local, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-CONDEMA, instituições de ensino, pesquisa e extensão, associações, ONGs, entidades tradicionalistas, empresas e os mais diversos órgãos representativos da sociedade civil organizada. Num esforço comum buscamos a organização do Sistema de Gestão Ambiental Municipal e a promoção de sensibilização para atitudes e habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental nas comunidades dos meios rural e urbano, com vistas à preservação e recuperação do meio ambiente, cujos resultados são apresentados a seguir.

A partir de 2005, tomamos a frente nas ações de mobilização social para preservação dos recursos naturais em nível local, num conjunto de instrumentos de gestão que resultaram na organização de leis que regem a política municipal de meio ambiente. Como exemplo, dentre outras, temos a Lei que institui o Plano Diretor, a que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, outra que cria o CONDEMA, a que trata sobre a Proteção da Bacia de Captação do Arroio da Chácara, a que dispõe sobre a Utilização de Sacolas Oxibiodegradáveis na Administração Pública Municipal, bem como a Lei que institui o Programa e cria o Fórum Agenda 21 de Vacaria.

Em termos práticos, implantamos o Programa de Manejo Integrado de Resíduos Sólidos no ano de 2005. Como parte disso, criamos duas Associações de Recicladores e instalamos a coleta seletiva, que atualmente atinge 17% do volume de lixo recolhido no centro da cidade e 9% nos bairros, além de atender também as comunidades do meio rural. As duas Associações de Recicladores são compostas por 26 famílias, que mensalmente obtém uma renda do material recolhido pela coleta seletiva de aproximadamente R\$ 600,00 reais. Sendo assim, conseguimos imprimir dupla funcionalidade para este programa, pois além de ser uma ação de caráter ambiental possui um viés de inclusão social, gerando emprego, renda e o exercício da cidadania.

Para o aproveitamento de resíduos orgânicos, distribuimos para a população cerca de 450 composteiras, a “composteira domiciliar contínua”, visando a realização da compostagem e o incentivo para a construção de hortas e jardins nos espaços não edificadas dos domicílios.

Com o Projeto “Bote pilha nesta ideia”, iniciado em 2007, implantamos 100 postos de coleta de pilhas e baterias em escolas, supermercados e comércio em geral, a fim de minimizar os impactos negativos ocasionados pelo descarte inadequado desses materiais, resultando na coleta de 6 toneladas. Através do Centro Regional de Coleta de Pneus Inservíveis, encaminhamos para reciclagem cerca de 180 toneladas de pneus, beneficiando 12 municípios da região.

O projeto Levantamento da Biodiversidade de Borboletas e de Coleópteros em Ecossistemas Nativos na Região de Vacaria aconteceu no período de 2006 a 2008, cujo resultado foi a coleta de 1.655 exemplares de diferentes espécies. Utilizamos os resultados obtidos nesta pesquisa para o planejamento de ações de ecoturismo e educação ambiental e para avaliação do impacto ambiental causado por ações antrópicas.

Através do PROPEVA – Programa Permanente de Educação Ambiental de Vacaria, verificamos o incremento do número de estudantes atendidos pelas ações em Educação Ambiental no período de setembro de 2005 à março de 2010, onde mais de 10 mil alunos dos ensinos fundamental, médio e superior de Vacaria foram atendidos.



Representamos o município de Vacaria no Seminário Nacional de Resíduos Sólidos (Caxias do Sul, outubro/2007), quando publicamos os trabalhos Lixo Limpo, Bote Pilha nesta Ideia e Coleta Seletiva. Apresentamos os projetos Lixo-Limpo e Horta na Escola no IV Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, III Colóquio de Pesquisa em Educação Ambiental da Região Sul e I Fórum Estadual Sobre Conservação e Uso Sustentável da Água (Erechim, setembro/2007). Participamos do estande da empresa Centronor durante a 3ª Edição da FIEMA BRASIL (Bento Gonçalves, outubro/2008) e o PROPEVA recebeu o prêmio Cidadão AMUCSER/2009 no concurso da Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra.

Pela primeira vez, contamos com representante da Escola Municipal General Osório na delegação gaúcha para a III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente que aconteceu em 2009, onde apresentamos a Responsabilidade “Conscientização na Redução do Lixo”. Registramos a trajetória de ascensão em Educação Ambiental de Vacaria, no Livro “Demonstre seu Amor por Vacaria”, editado pela Prefeitura Municipal em dezembro de 2008.

Nos últimos dois anos proporcionamos atividades pedagógicas de Educação Ambiental para mais de 5 mil alunos da rede municipal, estadual e particular de ensino do município, através dos projetos Meio Ambiente, Educação e Sustentabilidade e PREVE-Projeto de Recuperação da Vida Vegetal, desenvolvendo atividades de reposição da mata ciliar nas nascentes ao longo da Br 116, visitas orientadas à barragem e Estação de Tratamento de Água, implantação de cortinamento vegetal no Aterro Sanitário Municipal, criação de peças teatrais, trilhas na mata, acompanhamento do trabalho na Central de Recebimento de Embalagens de Agrotóxicos e nos pomares do município, (Embrapa e Rasip).

Mais de 3 mil pessoas do meio urbano e rural do município já assistiram palestras de orientação sobre o uso dos recursos naturais, coleta seletiva, compostagem, mata ciliar, APPs, reserva legal, utilização de agrotóxicos e mudanças climáticas.

Durante a Semana Municipal do Meio Ambiente realizamos o Simpósio Regional de Iniciativas Ambientais, já na 5ª edição. Este ano também tivemos o privilégio de sediar o 4º Encontro da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais/RS, que atingiu um público de mais de 3.500 pessoas, inscritas nas mais diversas atividades propostas durante o evento, que envolveu cerca de 40 municípios do Estado. Na oportunidade elaboramos a Carta de Vacaria, documento de intenções, legitimado com a participação social. No evento distribuimos aos participantes mais de mil sacolas retornáveis, visando a minimização da utilização de sacolas plásticas.

Nos últimos dois anos produzimos mais de 30 mil mudas de plantas nativas no Viveiro Municipal, das quais 8 mil foram distribuídas gratuitamente para a comunidade nas campanhas de educação ambiental.

Frente ao alcance das ações propostas, verificamos que os resultados não se resumem simplesmente na perspectiva teórica, mas já alcançamos resultados que vem modificando positivamente o comportamento social. Com isso, sob a perspectiva de que a Agenda 21 Local é um processo de construção conjunta governo-cidadão, pretendemos estimular ainda mais a participação popular e integrar os diversos segmentos da sociedade civil organizada, articulando as áreas de planejamento, saúde, educação, habitação, desenvolvimento, entre outras, a fim de facilitar a implementação de ações baseadas nas propostas da Agenda 21. Também visamos ampliar a oferta de ações, otimizar os recursos disponíveis, fortalecer parcerias e estimular novas ações conjuntas e eventos, de modo a assegurar a efetiva troca de opiniões e experiências entre a população em geral e o Poder Público. Esperamos, portanto, contribuir para a construção e resgate de valores culturais, éticos de harmonia e o respeito no convívio entre as pessoas e destas para com o ambiente onde vivem.

1 Engenheiro Agrônomo (UFPel), Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

2 Especialista em Educação Ambiental (IAESB/FASB) e Pós-graduada em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional(UERGS), Coordenadora do Fórum Agenda 21 Vacaria-RS.

3 Bióloga (UNISC/RS), Especialista em Educação Ambiental e Sanitária (FIA/SP), Pós-graduada em Gestão Escolar (IDEAU/RS), Coordenadora do Setor de Educação Ambiental do Departamento Municipal de Meio Ambiente.



Agenda 21 Araçatiba/RJ

Aline de Coster

A Escola Municipal General Silvestre Travassos é municipalizada e está localizada na Praia Grande de Araçatiba, Ilha Grande. Criada através de decreto nº1.767 de 08/09/1999 – autorizada a ministrar o ensino fundamental pela portaria nº 2932/ECDAT de 06/05/1982. É composta por 20 funcionários e 150 alunos.

Possui dois pavimentos formados por seis salas de aula, biblioteca, sala de equipe pedagógica, sete banheiros, cozinha e refeitório. Além do prédio principal, a unidade escolar conta com um alojamento de quatro cômodos, que abriga funcionários da unidade escolar.

A unidade atende aos alunos da praia de Araçatiba e demais praias vizinhas: Bananal, Matariz, Passa Terra, Maguariqueçaba, Sítio Forte, Ubatubinha, Longa, e praia Vermelha, cada qual com suas especificidades.

A comunidade de Araçatiba, praia onde se localiza a unidade escolar, tem como principal atividade econômica a pesca, seguida do setor turístico em momentos de alta temporada na região (nos meses de dezembro a fevereiro) emprega cidadãos locais nas pousadas e restaurantes. Em ambas atividades há preocupações quanto às ações sustentáveis: os pescadores não cumprem o defeso acarretando escassez de pescado, as pousadas oferecem empregos temporários aos poucos profissionais capacitados, as águas estão sendo poluídas, o lixo fica acumulados nas trilhas, nas praias e nos cursos de água.

É um local de vastos recursos naturais: há duas praias, a Praia Grande e a Praia de Araçatibinha, uma cachoeira, trilhas que ligam as outras praias e localidades, várias espécies da fauna/flora nativa da Mata Atlântica. O modo de vida caçara foi sendo constituído num longo processo histórico e sócio-econômico ligados diretamente à pesca. Nas diferentes comunidades há necessidade de resgatar identidade históricocultural com objetivo de ampliar as atividades turísticas.

Na visão da própria comunidade, as potencialidades são extraídas das possibilidades de explorar a riqueza natural da região. Enquanto problemáticas foram destacados: transporte, saneamento básico, falta de emprego, uso de drogas ilícitas e insuficiente iluminação pública. O poder público, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, é a principal responsabilizada para viabilizar soluções aos problemas destacados, mas a comunidade se disponibiliza a auxiliar participando de debates, trabalhos voluntários e projetos de mobilização que propiciem melhorias no aspecto ambiental, econômico, social e cultural.

CHARACTERIZAÇÃO DA ÁREA - A comunidade de Araçatiba localiza-se na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. A ilha se situa nos domínios da 'suite' intrusiva Serra dos Órgãos, de idade proteozóica superior (420 a 500 milhões de anos). Constituída por rochas de natureza sintectônica representada por 'granitóides'. O solo é Cambissolo Alítico, com textura variando de argilosa a média. O relevo montanhoso escarpado encontra-se associado ao Latossolo Vermelho-Amarelo Alítico, horizonte A de moderado a proeminente.

A topografia é montanhosa com vários picos, sendo os de maior altitude o Pico da Pedra D'água, com 1.031 metros, e o Pico do Papagaio, com 982 metros. Predomina na área um relevo com dissecação extremamente forte e muito forte, constituída de cristais de topos aguçados, morros, pontões e escarpas. Planícies e terraços fluviais e fluviomarinhos ocorre em seu entorno.

Devido a forte influência marinha, a Ilha Grande apresenta um clima tropical, quente e úmido, sem secas. A temperatura do ar varia entre 15°C e 30°C, com cerca de 180 a 200 dias de sol por ano. Fevereiro é o mês mais quente, e julho o mais frio. A precipitação média anual ultrapassa os 2.000 mm, sendo janeiro o mês mais chuvoso, e julho o mais seco.



MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE - A mobilização da comunidade foi iniciada em seis de maio de 2010 na unidade escolar da Praia Grande de Araçatiba, a Escola Municipal General Silvestre Travassos. Neste momento estavam presentes, prioritariamente, alunos do nono ano do ensino fundamental da própria unidade. Iniciamos com a sensibilização por meio da poesia Ser e Estar de Mário Quintana, objetivando introduzir problematizações quanto ao que é ser humano e as relações que estabelecemos com o meio ambiente. Em seguida, houve espaço para livre criação do logotipo e nome do jornal mural. Escolhemos o mural da mesma sala para afixar o jornal. Encerramos com a exibição do vídeo Síron Franco – natureza e cultura, como concretização da relação contemporânea homem-natureza.

Em treze de maio prosseguimos com a criação do slogan do jornal-mural e ao final realizamos votação, com os ali presentes, elegendo Ação e Reação como nome e o seguinte logotipo: Ao longo da manhãs de quinta-feira do mês de junho estruturamos o jornal, segundo opinião e interesse dos presentes, em colunas dos presentes: produção coletiva, esportes ecológicos, notícias, propagandas, e doação de animais. Foram afixadas reportagens pertinentes as colunas. Para o espaço de produção coletiva desenvolvemos quadros comparativos de problemas e possíveis soluções quanto a questões ambientais na Ilha Grande.

Permanecem sendo produzidos materiais escritos e ilustrativos referentes ao desenvolvimento sustentável, reciclagem e recursos naturais para serem afixados no jornal mural junto a reportagens de outros jornais da mídia oficial.

ELO 21 - No decorrer das reuniões nas manhãs de quinta- feira definimos o nome (Ação e Reação) bem como o logotipo símbolos do Elo 21 na Praia Grande de Araçatiba. Durante o mês de julho realizamos incursões a comunidade de Araçatiba para entrevistar os moradores. Por meio destas entrevistas registramos o auto-olhar da comunidade quanto a sua estrutura social, física, econômica e cultural. Com base nos dados colhidos temos desenvolvido textos e pesquisas específicas a realidade retratada, bem como fundamentado a organização da Agenda 21. O material produzido está disponível no jornal- mural.

Em 17 de junho de 2010 ocorreu reunião na própria unidade escolar, momento em que o questionário 'O auto-olhar das comunidades da Ilha Grande' foi compartilhado com representantes de outras comunidades da ilha. A diretora da unidade, em reunião específica, mobilizou os presentes quanto a importância da construção coletiva da Agenda 21 local, consolidando Elo 21, com instrumento de futuras conquistas locais

O auto-olhar das comunidades da Ilha Grande - O sistema principal de saneamento básico é por meio fossas, logo não há encanamento para o tratamento de esgoto. Algumas obras essenciais ainda não foram concluídas e muito do que foi feito se perdeu com as chuvas no início de 2010. Os funcionários responsáveis (Luiz, Orlando e José Gonçalves), fazem o que é possível, mas não há um sistema de tratamento de esgoto. Para este fim, foi construído um buraco profundo nas proximidades da praia principal para servir de fossa.

Em relação aos serviços públicos, há plena satisfação com o sistema de distribuição de água potável, pela proximidade entre a comunidade e as fontes de água. Os telefones funcionam regularmente, mas o único aparelho público, quase sempre, está quebrado por má conservação e ausência de manutenção. O fornecimento de luz é regular, e esporadicamente acontecem apagões por especificidades climáticas. A coleta de lixo é satisfatória. No verão, com o aumento do fluxo turístico, o trabalho é bem maior, principalmente pela ausência de lixeiras públicas ao longo das praias e trilhas. Há muitos animais domésticos abandonados, principalmente cães. Como solução foi sugerida a realização de campanha veterinária de castração e incentivo a adoção dos animais pelos moradores. Também foi destacada a necessidade de controle de pragas, pois há frequente infestação de mosquitos.

A instalação de um posto policial é algo requisitado pela comunidade para lhes conferir mais segurança e menor vulnerabilidade ao, já existente, tráfico de drogas e pequenos furtos.

Em relação a estes problemas, tem sido requisitadas pela comunidade, as seguintes melhorias na:

- área de saúde: disponibilidade de médico e dentista durante 24 horas;
- área de educação: retorno do ensino noturno;
- área de saneamento: restauração dos banheiros públicos, instalação de lixeiras e criação de depósito para a reciclagem do lixo;
- área de transporte: criação de uma linha pública diária de barco á custo acessível;



- área de iluminação: instalar mais postes de iluminação pública ao longo da 'praia grande';
- área de turismo e hotelaria: estimular festas e eventos locais, transporte acessível e oficinas de capacitação da comunidade para o trabalho.

A comunidade gostaria de ter palestras sobre prevenção à violência, o uso de drogas, gravidez precoce e relação sustentável com o meio ambiente. É fundamental a promoção de programas na área de turismo e hotelaria.





O Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais

Odair Santos Junior, Luciana Vaz Venâncio

O Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais foi idealizado em 14 de fevereiro de 2004, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, em evento promovido no CREA-MG pelo Ministério do Meio Ambiente, com Palestra ministrada pelo Dr. Pedro Ivo, então da Coordenação Nacional da Agenda 21 Brasileira, focalizando a importância da construção da Agenda 21 em Minas Gerais para a implementação da Agenda 21 no Brasil. Em função disso, os participantes definiram a criação do Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais, tendo o CREA-MG como Secretaria Executiva. A primeira Reunião do Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais foi em 05 de março de 2004. A segunda Reunião, em 12 de março de 2004, contemplou assuntos como: definição das Estratégias e Atuação do Fórum; criação dos primeiros Grupos de Trabalho (GTs); marcação das Sessões Ordinárias do Fórum e da Reunião seguinte da Comissão de Representação/Coordenação. A Carta e Princípios do Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais foi discutida e aprovada em duas sessões, uma Ordinária, a seguinte Extraordinária. O Fórum nunca recebeu recursos públicos.

Estruturação: O Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais estrutura-se em:

- a) Plenária, ecisória;
- b) Secretaria Executiva, a cargo do CREA-MG;
- c) Grupos de Trabalho Temático GTT-01 Agricultura Sustentável, GTT-02 Cidades Sustentáveis, GTT-03 Infra-Estrutura e Integração Regional, GTT-04 Gestão dos Recursos Naturais, GTT-05 Redução das Desigualdades Sociais, GTT-06 Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável;
- d) Grupos de Trabalho Temático Especiais GTTe-SF Transposição do Rio São Francisco, GTTe-MC Mudança Climática, GTTe-HCS Habitação e Construção Sustentável;
- e) Comissão de Representação/Coordenação, composta pelos Coordenadores, Relatores e Secretaria Executiva. Considerando que já era tempo de debater os seis grandes temas da Agenda 21 Brasileira, lastreados pelos 40 Capítulos da Agenda 21 Global, os Grupos de Trabalho Temáticos GTT-01, GTT-02, GTT-03, GTT-04, GTT-05 e GTT-06 foram constituídos em outubro de 2004. Para debater temas específicos, foram criados pelo Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais os citados Grupos de Trabalho Temático Especiais (GTTe's): GTTe-SF, em dezembro de 2004; GTTe-MC, na metade de 2005; GTTe-HCS, em junho de 2009.

Atividades Periódicas: O Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais realiza as seguintes atividades por mês, abertas a todos:

- a) 6 (seis) Reuniões Ordinárias, uma de cada um dos seis Grupos de Trabalho Temático GTT-01, GTT-02, GTT-03, GTT-04, GTT-05 e GTT-06 mencionados;
- b) 3 (três) Reuniões Ordinárias, uma de cada um dos três Grupos de Trabalho Temático Especial GTTe-SF, GTTe-MC e GTTe-HCS citados;
- c) 2 (duas) Reuniões Ordinárias da Comissão de Representação/Coordenação; d) e 1 (uma) Sessão Ordinária Plenária. Todas são pautadas e com lista de presença. Portanto, há 12 (doze) Reuniões Ordinárias mensais, além das demais ações. Para se ter idéia da magnitude, basta multiplicar pelo período de meses de cada ano, de 2004 a 2010.

Atividades Especiais: O Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais efetua, desde sua constituição, eventos e ações relacionadas à Agenda 21, dentre os quais:



- a) Evento demarcatório da entrada em vigor do Protocolo de Quioto no Mundo, em 16 de fevereiro de 2005, com o CREAMG;
- b) Ciclo de Debates “Agenda 21 em Minas Gerais”, com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em junho de 2005, cuja programação foi preparada por nós, nela constando a proposta de lei sobre Agenda 21 estadual encaminhada pelo citado Fórum àquela Casa legislativa;
- c) Seminário Internacional de “Transportes para o Desenvolvimento Sustentável”, com o CREAMG, em outubro de 2006; d) Simpósio “Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável”, em julho/agosto de 2007. Nessas e noutras buscou debater/difundir proposições para fomentar e subsidiar o correspondente plano estratégico de implementação do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, pela Secretaria Executiva, o Fórum Agenda 21 do Estado de Minas efetivou o mais notável conjunto de ações para a difusão do tema, ao realizar, de 15 de junho a 15 de julho de 2004, em cada uma das 56 principais Cidades de Minas Gerais, Congressos abrangendo

Agenda 21. Depois de 15 de julho e até o final de agosto de 2004, efetuou outros Congressos em 7 Regiões de Minas Gerais e 1 Congresso Estadual, fazendo 64 eventos de Agenda 21 em 2004. Agora, o Fórum prepara síntese de sugestões aos candidatos ao Governo de Minas, em 2010.

Composição do Fórum: Como exemplo da múltipla presença no Fórum, vários desde o início, citam-se:

- a) Comunidades tradicionais Afro-Descendentes, como Bakise Bantu Kasange;
- b) Povos Indígenas, como os Pataxó, de Carmésia;
- c) Aglomerado Morro das Pedras, na Capital mineira (uma das Moradoras é Coordenadora do GTT-05 Redução das Desigualdades Sociais);
- d) Clubes de Serviço, como o ÓRBIS Clube, Lyons etc;
- e) Organismos não-Governamentais, como a OPOS Organização de Políticas Sociais (cujo Presidente é Relator do GTTe-HCS), as OnGs Defender, do Sul de Minas, e Prosperus (cujo Presidente é Relator do GTTe-SF) de Belo Horizonte, o Instituto Nacional de Engenharia Civil, o Instituto Mineiro de Engenharia Civil e, dentre outros, o Instituto Águas da Terra, esse apoiador voluntário da ONU/UNESCO, pioneiro mundial no Ano Internacional da Terra;
- f) Órgãos públicos, como RuralMinas, a Emater, o Ministério Público (que tem Consultora como Relatora do GTT-04);
- g) Organismos públicos especiais, como o Sistema CONFEA/CREA;
- h) Prefeituras Municipais como as de Belo Horizonte, Morro da Garça (o então Prefeito foi Coordenador do GTT-04); Campanha, Governador Valadares, Carmésia, dentre outras;
- i) Comitês de Bacia Hidrográfica, como o CBH-Pará e o CBH-Velhas;
- j) movimentos, como o Muda-Aterro, o Projeto Manuelzão, a Rede de Extensão e Educação SocioAmbiental do Ministério da Fazenda (cujo Coordenador-Geral é Relator do GTTe-MC), e a Frente Estadual de Saneamento Ambiental (cujo Diretor é Relator do GTT-05);
- k) segmentos empresariais, casos da Columbus (cujo titular é Diretor para o Brasil do grupo chinês Ecowood e Coordenador do GTT-06), da Radial Bioenergética (cujo Diretor é Coordenador do GTT-01), da FIEMG-Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (cujo Assessor de Mudança Climática foi Relator do GTTe- MC), e da CONSENG, de Conselheiro Lafaiete (cujo Presidente é Relator do GTT-02);
- l) entidades de cunho religioso como a Católica SINFRAJUPE (que teve frade dominicano Coordenador do GTTe-SF) e, inclusive, centros espíritas e organizações das Igrejas Batista, Metodista, Presbiteriana, dentre outras;
- m) instituições de ensino, como CEFET-MG, Uni-BH (que tem Professor como Relator do GTT-06), Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete, Escola de Biologia de Iguatama, Universidade Kennedy (que tem Professor como Coordenador do GTT-03), Universidade Pitágoras, Universidade Federal de Lavras (uma Aluna é Relatora do GTTe-SF), UFMG-Universidade Federal de Minas Gerais (que tem Professor Emérito como Coordenador do GTT-02);



n) Cooperativas como Recóleo e a Coohabel (cujo Assessor da Presidência é Relator do GTTe-HCS).

Resultados e Impactos sobre Produção e Atividade Econômica: A atuação do Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais tem possibilitado efetivar iniciativas indutoras de geração de ocupação e renda para as populações, sobretudo as mais carentes, focalizadas na implementação do Desenvolvimento Sustentável, dentre essas a difusão de Processos/Tecnologias de: Plantio organohidropônico com uso de garrafas Pet, recuperando áreas degradadas e ampliando a produção de cultivares para alimentação, em nível familiar; Reuso de pneus na contenção de encostas e erosões (idéia do Coordenador do GTT-01); Aquecedores solares planos em garrafas Pet e embalagens Tetra-Pak, para populações carentes (reduzindo gasto de energia elétrica consumida em chuveiros e aumentando a renda familiar); Aerogeradores Turbo Eólico, idealizados por membro do Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais, para descentralizar a geração de energia, no caso, de base eólica; Estruturas Multilaminares de Concreto (idealizados pelo Relator do GTT-04), Eco-Blocos/Blocos Verdes, Eco-Pisos etc; Transporte automatizado de passageiros, Aeromóvel, a ar pressurizado; Microdestilarias Pataro na Agricultura Familiar, para biocombustível Etanol, cachaça e conservação de alimentos; Ecofogão, minimizador do consumo de lenha e premiado na Inglaterra; Biocombustível Óleo Vegetal, prensado a frio; Bagaço de cana em painéis tipo compensado e formas, substituindo madeira; Edificação Sustentável projetada e construída no Aglomerado Morro das Pedras, Belo Horizonte, com resíduos da Construção Civil, pronta para Turbo Eólico e energia solar fotovoltaica, já dotada de aquecedor solar de água feito com recicláveis e de captação de água de chuva armazenada em reservatório revestido internamente de película antimicrobiana.

Resultados Especiais: Dentre vários: a) o reconhecimento nacional, via Protocolo de Intenções entre União e CONFEA, em junho de 2004; b) a deflagração, em 2005, do Fórum Mineiro de Mudança Climática e do Comitê Municipal de Ecoeficiência e Mudança Climática (2006); c) a publicação “Agenda 21 – Sinal Verde para o Desenvolvimento Sustentável”, com 50.000 exemplares; d) a Lei n.º 16.687/2007, primeira legislação sobre Agenda 21 em Minas Gerais; e) a instalação, em 2009, do Fórum Agenda 21 de Carmésia, com participação do Povo Indígena Pataxó.





Prevenção em ação do CADES Campo Limpo/SP

Márcia Regina do Nascimento¹, Marcelo Louverde Magela da Silva²

Considerando as condições sócio-ambientais favoráveis à expansão do *Aedes aegypti*, o aumento significativo no número de casos, e as análises da distribuição espacial da ocorrência de casos de Dengue; a equipe da SUVIS (Supervisão de Vigilância em Saúde) e a Subprefeitura Campo Limpo, através do Fórum da Agenda 21e do Conselho Regional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz Subprefeitura Campo Limpo (CADES CL), optaram pela estratégia de padronizar as ações integradas entre Subprefeitura e a Supervisão de Saúde.

Após o diagnóstico elaborado pela Vigilância Epidemiológica, a Vigilância Ambiental localiza, numera os quarteirões, delimitando o setor que será trabalhado. O trabalho da vigilância epidemiológica e entomológica é feito em 100% dos casos notificados; havendo incidência de casos de Dengue na mesma área, ou nas proximidades; há o planejamento e a execução das ações integradas, estabelecendo um combate mais intenso ao vetor.

A Subprefeitura é encarregada da limpeza do córrego local, da retirada de inservíveis pelo cata-bagulho. Após esse trabalho, a Vigilância Ambiental da SUVIS e Unidade Básica de Saúde do local, compõem uma equipe de agentes de zoonoses, médicos, enfermeiros e agentes de saúde. Inicia-se a investigação de criadouros do mosquito da dengue casa a casa, a colocação de toucas em caixas de água destampadas, e um informativo indicando as ruas onde serão recolhidos os materiais inservíveis pelo "Cata Bagulho", elaborado pelo CADES CL.

A Subprefeitura de Campo Limpo, pelo Fórum da Agenda 21 e o CADES CL planejam pelo mapeamento executado na Supervisão de Saúde a operacionalização de limpezas e o "Cata Bagulho", após a data com quinze dias de antecedência. Elaborado uma reunião na Unidade Básica de Saúde, responsável pela prevenção e promoção da saúde para efetuarem a panfletagem, casa a casa uma semana antes da coleta. Por meio de planilhas, mapas e dados estatísticos, estabelece estratégias de educação e mobilização popular. Neste momento, de construção de parcerias, define-se o que é, para que serve as ações de prevenção à dengue pelo Fórum da Agenda 21, SUVIS e CADES CL, além de instrumentalizar as equipes com materiais educativos.

A organização das ações é discutida e elaborada em conjunto no CADES CL, enfatizando a redução dos materiais sólidos recolhidos, a comunidade participa da elaboração de estratégias dos atos integrados, ocasionando as trocas e doações desses materiais entre os municípios, reduzindo assim os dejetos encaminhados aos aterros. A parceria entre: a SUVIS (agentes de zoonoses), Unidade Básica de Saúde (médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde) e Subprefeitura (maquinário, caminhões, servidores braçais e supervisores), facilita a resolução dos problemas oriundos da operacionalização dos trabalhos. Após a ação, faz-se uma avaliação na próxima reunião da Agenda 21 e observações de campo; onde são relatadas para o aprimoramento do trabalho. Os 2 efeitos podem ser mensurados num prazo de semanas ou meses, por meio da incidência de casos na região.

1. A área de Campo Limpo compreende 2,4% da área total do Município de São Paulo, com 36,7 km², tendo uma população estimada de 558.364 habitantes.

2. Características da região:

- As habitações irregulares ficam em torno de 14% compostas de famílias de baixa escolaridade e renda, com a demanda escolar maior que as vagas oferecidas
- Área considerada dormitório, insuficiência em áreas de lazer, entretenimento e cultura
- População mantém hábitos que facilitam a infestação de diversos sinantrópicos apesar de ter um serviço de coleta de lixo regular



As ações têm como objetivo aumentar o alcance e penetração de medidas preventivas e corretivas no combate ao vetor, destacando-se lavagem e instalação de toucas em caixas de água, eliminação mecânica de criadouros, tratamento focal, operação cata-bagulho, entre outras.

O público alvo, portanto, é o que oferece condições favoráveis para proliferação e dispersão do vetor. Programas centrados essencialmente no controle químico (desinsetização e nebulização), sem a participação da comunidade, mostraram-se incapazes de conter a transmissão; precisou-se criar uma nova dinâmica de gestão compartilhada, introduzindo um planejamento de políticas decisórias, consultivas, identificando recursos, fortalecendo e qualificando os funcionários.

Fomentar os direitos, deveres e cidadania da população em desvantagem de conhecimentos e de acesso a possibilidades de compartilhar as ações públicas capazes de consolidar a responsabilidade, e o papel de cada um em incentivar a comunidade, a ser o protagonista de mudanças sócio-cultural a impedir a proliferação da Dengue.

O CADES e o Fórum da Agenda 21 da Subprefeitura Campo Limpo equaciona com a comunidade, os seus problemas e efetiva a educação ambiental, e fomenta as modificações na mudança de hábitos da população. A orientação operacional de metodologia de acesso à comunidade na elaboração de estratégias aos atos gerenciados e integrados com a SUVIS (agentes de zoonoses), Unidade Básica de Saúde (médicos, enfermeiros e agentes comunitários) da Subprefeitura (maquinário, caminhões, servidores braçais e supervisores) a facilitar e resolver os problemas oriundos ao combate a Dengue.

A eletividade da área de maior vulnerabilidade de riscos e descontroles ambientais para o bloqueio da Dengue, oportuniza a formatar as estratégias operacionais, onde o Fórum da Agenda 21 da Subprefeitura Campo Limpo, inicia o contato coletivo com as lideranças, conselheiros, técnicos da Unidade Básica de Saúde e voluntários, enfatizando todo o cronograma e planejamento de atividades a serem realizadas no mutirão ao combate a Dengue entregando material de apoio e divulgação.

O Fórum da Agenda 21 da Subprefeitura Campo Limpo avalia as estratégias utilizadas, sendo o custeio não padronizado, faz com o que tem, com questionários e observações de campo. Assim propicia o aprimoramento do trabalho de vigilância em saúde com um prazo de medição de oito meses a um ano.

Dados comparativos - Após o mutirão notamos uma queda acentuada na proporção de notificações de casos suspeitos. A região do Jardim Macedônia foi responsável por 21% dos casos, essa porcentagem é de 5%.

Nos casos positivos autóctones, após a realização do mutirão, a região do Jardim Macedônia, por 2% do total de autóctones da região do Capão Redondo, contra os 8% do ano anterior. Tal fato é relevante, considerando que quase todas as unidades da região tiveram um aumento.

Mesmo nos casos positivos, cuja infecção ocorreu em outras áreas, a região do Jardim Macedônia apresentou considerável redução. O controle entomológico foi mantido. A mobilização da Sociedade Civil na área de abrangência teve continuidade. As atividades educativas junto à população, demonstrando que as enfermidades como a Dengue se desenvolvem a partir de hábitos e costumes sociais adequados, foram assimiladas.

1 Cursa Pós-graduação em Didática e Metodologia do ensino superior. É assessora do Subprefeito de Campo Limpo.

2 Conselheiro do CADES CL (Conselho Regional do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura e Paz).



Projeto Natureko - Sorocaba/SP

Cassia Z. Pimental¹, Rafael V. Melo², Leonardo F. Fraceto³

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) foi uma proposta dos participantes da I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente em 2003 onde foram discutidas as questões ambientais e de que forma poderíamos cuidar do Brasil. A Com-Vida é a possibilidade de colocar em prática as propostas debatidas e tem um grande objetivo para o nosso país: construir a Agenda 21 escolar, através de um processo de planejamento participativo que resulta da análise da situação atual de um país, estado, município, região ou escola e que planeja o futuro desejável de forma sustentável gerando inserção social e criando oportunidades para que a própria sociedade.

Considerando a necessidade de executar um projeto piloto relacionado à educação ambiental dentro de uma unidade escolar da rede municipal de educação em Sorocaba e, também, analisando que os jovens atualmente são potenciais agentes transformadores da sua própria realidade, criou-se o Projeto Natureko.

Este projeto tem como principal objetivo formar agentes socioambientais para a instituição de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) na Escola Municipal Professor Flávio de Souza Nogueira, município de Sorocaba-SP, através de atividades planejadas e executadas pela equipe da Rede de Educação Ambiental – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Sorocaba (REAUSo). A REAUSo é um grupo composto por estudantes da Unesp Sorocaba que desenvolve projetos em educação ambiental na bacia do Sorocaba Médio-Tietê desde 2005, elaborando metodologias de mobilização social, estabelecendo diversos contatos e parceiros, importantes para a sustentabilidade de uma Com-Vida.

Ressalta-se a viabilidade de execução do projeto pelo apoio financeiro da Pró-Reitoria de Extensão da UNESP (PROEX) e da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp). Neste sentido, o presente projeto fez a divisão de ações para o processo de efetivação da Com-Vida em cinco etapas, de forma que os objetivos e as metas pudessem ser alcançados claramente e de maneira gradativa. Na primeira etapa: foi realizado um diagnóstico socioambiental participativo na escola e na comunidade, visando a formação e a divulgação da Com-Vida; na segunda etapa: foi realizado o fortalecimento da Com-Vida e o planejamento dos projetos; na terceira etapa: foi iniciada a implementação dos projetos socioambientais (ex: Coleta Seletiva escolar, Horta, mutirões verdes, etc.); na quarta etapa: desenvolveram-se os eventos comunitários, planejamento da Agenda 21 escolar; e na quinta etapa: foi realizada a capacitação de novos agentes e o desligamento dos agentes facilitadores. A metodologia utilizada visou criar um sentimento de pertencimento, responsabilidade e motivação para que o jovem (do Ensino Fundamental II) se sentisse capaz e inspirado a transformar o seu meio ambiente. Em cada uma das atividades foram abordados assuntos e problemas relacionados à realidade onde a comunidade está inserida, identificada pelo diagnóstico inicial.

Foram realizadas atividades semanais elaboradas pela equipe da REAUSo – fora do período das aulas, com média de três horas cada encontro – que representavam uma vivência sobre o tema, envolvendo aulas teóricas, atividades lúdicas e cooperativas, oficinas, visitas e vídeos para sensibilização, sempre pautadas nos conceitos da educação ambiental. Vale ressaltar que para a implementação do projeto, realizaram-se reuniões com a coordenação e diretoria da escola e, também, junto dos professores dentro da Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

Após terem sido realizadas as primeiras atividades com um grupo inicialmente de 40 alunos durante 2 meses, decidiu-se trabalhar de forma paralela as segunda e terceira etapas, visando mobilizar o maior número de alunos dentro da comunidade escolar. Nestas etapas, o interesse dos alunos pelo projeto Natureko começou a decair. Apesar de todos os participantes se interessarem pelas atividades lúdicas realizadas, eles não se mostraram engajados na mudança de hábitos dos outros estudantes. Com isso, o número de integrantes da Com-Vida diminuiu significativamente, chegando a ter apenas 10 alunos colaborando nesta fase. No entanto destaca-se que mesmo com grupo menor de alunos, estes se apresentaram muito motivados no desenvolvimento das



atividades, mas mesmo assim a Com-Vida passou a ter outra dificuldade, alguns dos funcionários da Escola não colaboraram de forma participativa, principalmente na questão da coleta seletiva, sendo que os itens separados na coleta seletiva realizada pelos alunos acabavam sendo encaminhados para o aterro sanitário do município de Sorocaba pelos funcionários. O problema foi solucionado a partir do momento que houve uma conversa com a direção da escola.

No decorrer do projeto ainda, o planejamento da horta escolar evoluiu gradativamente em função do interesse dos alunos. Percebeu-se que um dos estímulos em fazer parte da Com-Vida era as ações na horta escolar. A horta desenvolveu-se nos princípios da permacultura, com a colaboração de toda comunidade escolar. Os jovens integrantes da Com-Vida foram os responsáveis em cuidar da horta, regando-a quando necessário. Algumas verduras foram plantadas e, atualmente, a E.M. Flávio de Souza Nogueira conta com 6 canteiros com diferentes tipos de alimentos naturais.

Para a formação da Agenda 21 Escolar, os integrantes da REAUSo enfrentaram problemas maiores, uma vez que contava-se com um grupo pequeno de alunos participantes da Com-Vida. Inspirados pela proposta dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente¹, a equipe da REAUSo se propôs a seguir a metodologia criada pela ONG Instituto ECOAR para a Cidadania², que visa a elaboração de uma Oficina do Futuro com a construção de projetos coletivos. A Oficina do Futuro é uma técnica que ajuda a conduzir os passos de preparação da Agenda 21 na Escola e de qualquer outro projeto coletivo. Desta maneira, seguiram-se as etapas descritas na Oficina do Futuro, sendo elas: Árvore dos Sonhos (para realizar algo de valor é necessário ter espaço para sonhar) – construiu-se uma grande árvore onde nas folhas e flores estavam descritos quais os “sonhos” de cada um dentro da Escola, estes sonhos passaram a ser o objetivo da Agenda 21; Pedras no Meio do Caminho (dificuldades que cada um enfrentaria para realizar seu sonho) – colocar-se-iam caixas de papelão perto da Árvore dos Sonhos com as dificuldades de cada jovem descrita e determinaria quais dificuldades seriam sanadas em primeiro plano. Esta etapa não foi realizada, pois a Árvore dos Sonhos, de uma semana para a outra, foi destruída pelos alunos (não integrantes da Com-Vida) e jogada fora pelos funcionários da limpeza. Adotou-se, então, uma nova estratégia, a criação do Muro das Lamentações, que representaria de forma análoga as Pedras no Meio do Caminho.

Construiu-se um mural com material reutilizáveis – metodologia desenvolvida pela REAUSo – e escreveram-se as dificuldades de cada um, sendo estas anexadas no mural. Por falta de apoio da Escola, as ações voltadas à Agenda 21 na Escola não passaram das citadas anteriormente. Com isso, não havia estímulo dos alunos em continuar participando da Com-Vida e assim, cada vez mais a Com-Vida contava com menos integrantes. Atualmente a Com-Vida conta com seis alunos fixos, e com pouco fluxo de jovens novos participando dos projetos. Desta forma, poucos dos objetivos propostos inicialmente foram alcançados, mas ressalta-se que os integrantes fixos da Com-Vida tem vontade de mudar a realidade escolar, se engajam nos assuntos propostos e estão capacitados a se tornarem no futuro novos educadores ambientais.

Sendo assim, a REAUSo vem mudando a metodologia aplicada para a formação de uma Com-Vida, visando inicialmente uma conscientização dos funcionários e professores, através de um curso de capacitação, por exemplo. Acredita-se, também, ser mais viável o trabalho com jovens entre 14 e 17 anos, pois estes já possuem um conhecimento e um comprometimento necessário para o desenvolvimento do projeto. Atualmente o projeto tenta mobilizar novos alunos e funcionários, regredindo nas ações tomadas. Contribuir para a multiplicação do conhecimento e das ações socioambientais com o público jovem é o que torna um projeto como este tão necessário.

1 Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, Campus Sorocaba – SP, Brasil.

2 Graduando em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, Campus de Sorocaba – SP, Brasil

3 Químico, pós-doutor em Bioquímica. Docente na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, Campus de Sorocaba – SP, Brasil.



Eventos

Seminário 10 Anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Data: dias 02 e 03 de dezembro, UFRJ Avenida Rui Barbosa, Número 762 – Flamengo

Informações: www.snuc10anos.org

Resumo: O evento, que fará um balanço dos dez anos do SNUC e os avanços na sua implementação, discutirá o passado, o presente e o futuro do SNUC, que hoje tem, cadastradas, 310 unidades de conservação federais, 398 estaduais e 60 municipais. Durante os dois dias de eventos, serão feitas uma retrospectiva do processo de construção da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e uma avaliação sobre as estratégias e oportunidades que se apresentam ao SNUC nos dias de hoje. E, numa perspectiva futura, os participantes e debatedores discutirão os novos desafios que se impõem ao SNUC, como a sua contribuição para o desenvolvimento econômico.

III Encontro Latino-americano de Ciências Sociais e Barragens, em Belém

Data: 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010

Informações: www.ecsbarragens.ufpa.br

Resumo: O encontro pretende reunir cientistas sociais, estudiosos latino-americanos dos processos associados ao planejamento, implantação e operação de barragens, técnicos de órgãos públicos e privados, discentes da graduação e pós-graduação, gerando uma visão de conjunto do estado atual da pesquisa e das práticas sociais referentes ao setor de geração de energia, fomentando o diálogo entre os diversos agentes envolvidos na consecução dos projetos, em especial com as populações atingidas, os grupos ambientalistas e o Estado.

Sustentabilidade: Aqui e Agora

Data: 25 de novembro, Fundação Getulio Vargas, rua Itapeva, 432, São Paulo SP

Informações: sustentabilidade@sustentabilidadewalmart.com.br

Resumo: O seminário vai apresentar os resultados da pesquisa sobre a percepção dos brasileiros em relação ao meio ambiente, hábitos de consumo e principais formas de contribuição para o futuro mais sustentável.



Seminário Pró-Sinos de Educação Ambiental voltado à Recuperação da Bacia do Rio dos Sinos

Data: 25 de novembro na Universidade Feevale (Novo Hamburgo RS)

Informações: <http://www.portalprosinos.com.br/eventos.php?idEvento=83>

Resumo: O Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Pró-Sinos) realizará o seminário Pró-Sinos de Saneamento Básico e Educação Ambiental, no dia 25 de novembro. O evento acontecerá no Auditório do Prédio Azul, no Campus II da Feevale, RS-239, 2755, em Novo Hamburgo. Os temas abordados serão: Políticas Públicas de Saneamento Básico, Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, Agenda 21, Coletivos Educadores, Educação Ambiental e mobilização social no saneamento.

V Encontro da Rede Mineira de Agendas 21 Locais - REBAL MINAS

Data: 30 de novembro em Brumadinho/MG

Informações: <http://rebal21.ning.com/events/v-encontro-da-rede-mineira-de>

Resumo: Instalação do Fórum Regional Metropolitano da Agenda 21 Estadual que será realizado nos dias 30 de novembro, 1, 2 e 3 de dezembro de 2010, na Cidade de Brumadinho, com o número máximo de 100 participantes. O evento proporcionará a troca de experiências entre os participantes e tem como objetivo principal a elaboração de um plano permanente de desenvolvimento sustentável para o Estado.

Proporcionará também o fortalecimento da Rede Mineira de Agendas 21 Locais, sua integração com os Comitês de Bacia Hidrográficas e com os planos diretores municipais

Governança e Sustentabilidade, Atores em Diálogo

Data: 28 de novembro, Hotel NIKKO, Curitiba PA

Informações: <http://rebal21.ning.com/events/governanca-e-sustentabilidade>

Resumo: O seminário vai apresentar os resultados da pesquisa sobre a percepção dos brasileiros em relação ao meio ambiente, hábitos de consumo e principais formas de contribuição para o futuro mais sustentável.



Teses e Dissertações

Dissertação: Entre o Discurso e a Prática: Boa governança e Agendas 21 locais na Amazônia

Autor: Igor Ferraz da Fonseca

Orientador: Marcel Bursztyn

UnB / Centro de Desenvolvimento Sustentável - Brasília/DF – 2009

http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4098/1/2009_IgorFerrazdaFonseca.pdf

Dissertação: Agenda 21 Local: Desafios da sua implementação. Experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis

Autor: Maria Claudia Mibielli Kohler

Orientador: Arlindo Philippi Jr.

USP – Faculdade de Saúde Pública – Departamento de Saúde Ambiental - São Paulo/SP – 2003

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-19052005-111222/publico/Maria_Claudia_Kohler_diss.pdf

Tese: Comunicação e Mobilização Social: a Agenda 21 Local de Vitória (ES)

Autor: Desirée Cipriano Rabelo

Orientador: Maria das Graças Conde Caldas

UMESP – Universidade Metodista de São Paulo

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social - São Bernardo do Campo/SP – 2002

<http://www.bocc.uff.br/pag/rabelo-desiree-mobilizacao-agenda-21.pdf>



Dissertação: Agenda 21, uma experiência em Volta Redonda

Autor: Letícia Barroso Baptista

Orientador: Vera Lucia Ferreira Motta Rezende

Co-orientador: Selene de Souza C. Herculano dos Santos

UFF – Universidade Federal Fluminense

Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Niterói – 2008

http://api.ning.com/files/dHeibnzTITuqPBQosjljwk7OuyIPH*phj1z-NGuPio1moVGjWwvs8ytR7aJ*nA*YtQdbHQieeV4tkNzqjF6Hpzz5cNw3jpEO/leticiadissertacao.pdf



Ning, Blogs e Páginas



Site da Agenda 21 Local de Bage

<http://www.bage.rs.gov.br/agenda21/>



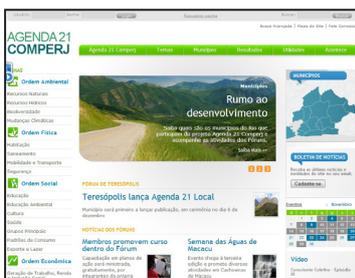
Blog da Rede de Agendas 21 do Litoral Paulista

<http://www.ag21litoralpaulista.blogspot.com/>



Ning da REBAL – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

<http://rebal21.ning.com/>



Site da Agenda 21 do COMPERJ

<http://www.agenda21comperj.com.br/>



Site da Agenda 21 Local de Vacaria

<http://agenda21vacaria.com/>



Site da REJUMA – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade

<http://www.rejuma.org.br/>



Publicações

Fontes de Recursos Financeiros para a Gestão Ambiental Pública: cenários e estratégias de captação para o funcionamento de fundos socioambientais



Disponível em:

<http://www.fundosambientais.org.br/files/Newsletter1.pdf>

ou <http://www.fundosambientais.org.br/>

Cadernos de Formação do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Ministério do Meio Ambiente



Disponíveis em:

<http://mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=76&idMenu=9320>

